

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA - IEC / PUC- MINAS

Pós - Graduação em Poder Legislativo

**PULVERIZAÇÃO PARTIDÁRIA E CENTRALIZAÇÃO DE
PODER NO LEGISLATIVO:**

**a ocupação da Mesa e das Comissões Temáticas na 16^a
Legislatura da Câmara Municipal de Belo Horizonte -
2009**

Vivian Amaral de Menezes

Belo Horizonte

2009

VIVIAN AMARAL DE MENEZES

**PULVERIZAÇÃO PARTIDÁRIA E CENTRALIZAÇÃO DE PODER
NO LEGISLATIVO:**

**a ocupação da Mesa e das Comissões Temáticas na 16ª
Legislatura da Câmara Municipal de Belo Horizonte -
2009**

**Monografia apresentada ao Instituto de Educação
Continuada (IEC) da Puc Minas como requisito parcial para
obtenção do título de Especialista em Poder Legislativo.**

Orientador: Prof. Carlos Ranulfo Melo

Vivian Amaral de Menezes

**Pulverização partidária e centralização de poder no legislativo:
a ocupação da mesa e das Comissões Temáticas na 16ª
Legislatura da Câmara Municipal de Belo Horizonte -
2009**

**Trabalho apresentado ao curso
de Especialização em Poder
Legislativo do IEC/PUC Minas**

.....
Carlos Ranulfo Melo (orientador)

Belo Horizonte, 20 de novembro de 2009.

SUMÁRIO

Objetivo	5
Justificativa	5
Metodologia	5
Introdução	7
A pulverização partidária na CMBH	10
Mesa Diretora - jogo I	16
Novatos x Governistas x Veteranos	17
As presidências das comissões - jogo II	22
Conclusão	30
Bibliografia.....	32
Anexos	33

OBJETIVO

Esse trabalho busca compreender como foram tomadas as decisões para a escolha dos presidentes das comissões temáticas e da Mesa Diretora na 16ª Legislatura da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Estabelecendo um contraponto com a prática do Congresso Nacional e à luz do regimento interno, a proposta é mostrar o grau de participação dos partidos nas negociações para a alocação de poder na CMBH, se a ação individual dos vereadores é significativa e qual é o nível de poder decisório da presidência da Casa nesse processo.

JUSTIFICATIVA

O estudo se justifica pela compreensão de que o jogo de alocação de poder da CMBH pode ser tanto mais democrático quanto mais houver equilíbrio no controle de recursos pelos agentes políticos do processo decisório. Por outro lado, a concentração de forças e o controle desigual desse processo tende a resultar em representantes eleitos destituídos de influência para atuar em favor de seus eleitores.

METODOLOGIA

Para levantar a forma como foi realizada a distribuição de cargos e presidências nas Comissões e a escolha da Mesa Diretora na Legislatura iniciada em 2009 na CMBH, a pesquisa realizou um estudo de caso com cinco entrevistas presenciais e uma por escrito com vereadores de partidos distintos.

No grupo, foram incluídos dois novatos e, entre os veteranos, um líder de bancada e a atual presidenta da Câmara.

O Centro de atendimento ao Cidadão da CMBH não tinha em arquivo documentos solicitados que demonstrassem, oficialmente, indicações dos vereadores - feitas pelos líderes - que deveriam ocupar cargos em comissões permanentes. A CMBH dispunha apenas de documentos que comprovavam as nomeações dos integrantes das comissões pela presidenta.

Porém, o CAC disponibilizou um parecer do diretor do legislativo que demonstra o não cumprimento do Regimento Interno no que se refere à prerrogativa dos líderes de indicarem os nomes para os cargos nas comissões.

Também foram consultados jornais referentes ao período entre outubro e dezembro de 2008, que antecedeu a escolha da Mesa e o de negociações para a escolha dos presidentes, relativo ao mês de janeiro e início de fevereiro.

O levantamento demonstra que a cobertura está focada na movimentação da Câmara do ponto de vista do interesse do Executivo. Preferencialmente, o tratamento dado às matérias centra a atenção no impasse das votações de plenário, ocorrido por conta da disputa de espaços de poder em curso na Casa, naquela ocasião.

Reflete também a importância do Executivo na disputa interna com o objetivo de ungir nomes afinados com os seus interesses, tanto na Mesa quanto nas comissões temáticas. Matérias selecionadas indicam a interferência do prefeito na escolha da Presidenta, assim como na de quem iria presidir a Comissão de Legislação e Justiça e a reação de vereadores que rejeitaram o parlamentar escolhido.

INTRODUÇÃO

No Brasil a legislação eleitoral exerce efeito ambíguo sobre os partidos. Por um lado, as legendas contam com elementos fortalecedores como o Fundo Partidário – uma das fontes de financiamento – e a distribuição do tempo de horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão. Por outro lado, vigora o sistema de lista aberta de candidatos e a lei permite a possibilidade de coligações nas eleições proporcionais, aspectos que contribuem para diluir a imagem dos partidos no cenário eleitoral.

O país utiliza o sistema proporcional, que pressupõe a distribuição de forma mais equânime das vagas disputas pelos competidores, facilita uma maior representação das minorias e dificulta a concentração de cadeiras na mão de representantes de poucos partidos no Parlamento.

No modelo de lista aberta, a legislação privilegia o personalismo dos candidatos em detrimento da identidade partidária e reforça a tradição do voto no indivíduo, corrente entre o eleitorado brasileiro. O nome do candidato é o produto oferecido ao eleitor, que na maioria das vezes desconhece a sigla partidária que ele representa e suas posições programáticas.

Por outro lado, na arena Legislativa, mais especificamente no Congresso Nacional, os partidos trocam de posição com os parlamentares eleitos. O que conta dentro do parlamento não é mais o indivíduo, mas sim as legendas. Apesar das regras eleitorais, não são os deputados, enquanto indivíduos, que controlam o processo decisório, uma vez que os regimentos internos do Congresso alteram o quadro.

Toda a organização tanto do Senado quanto da Câmara dos Deputados é determinada pela lógica partidária. As lideranças dos partidos assumem o comando dos trabalhos congressuais.

Como apontam Figueiredo e Limongi (1999), *“os trabalhos legislativos no Brasil são altamente centralizados e se encontram ancorados na ação dos partidos.(...)No caso do Legislativo Brasileiro, o princípio adotado para distribuição de direitos parlamentares é partidário”*. (pág 22)

Com o controle da agenda dos trabalhos na mão dos partidos, há uma forte restrição às estratégias individualistas dos parlamentares. A análise empírica de Figueiredo e Limongi demonstra que os partidos apresentam coesão na arena congressual e que pelo comportamento e preferências dos líderes é possível determinar o resultado das votações. O estudo aponta disciplina partidária dentro do Congresso, que explicita a força das legendas em detrimento da ação individual.

A explicação dessa conduta pode ser encontrada nos mecanismos que regulam o processo legislativo. A máxima regimental da prevalência partidária no Congresso prevê tanto as negociações e o encaminhamento de votações quanto a distribuição de cargos na Mesa e nas comissões.

Os autores demonstram que os parlamentares agem sob o comando das lideranças, que por sua vez são definidas de acordo com o princípio partidário. Figueiredo e Limongi argumentam que *“apesar da tão propalada incapacidade dos partidos políticos brasileiros para estruturar e canalizar as preferências do eleitorado e para constituir raízes sólidas e profundas na sociedade civil, apesar de todos os incentivos do individualismo que a legislação eleitoral brasileira possa ter, apesar de todos esses e tantos argumentos comumente citados, os regimentos internos da Câmara e do Senado conferem amplos poderes aos líderes partidários para agir em nome dos interesses de seus partidos. Os regimentos consagram um poder decisório centralizado onde o que conta são os partidos.”* (pág 27)

Afirmam ainda os autores que *“a distribuição interna do poder de ambas as casas é feita de acordo com os princípios de proporcionalidade partidária, como é o caso da Mesa Diretora (...). Da mesma forma, a composição das comissões técnicas (...) (pág 28)*

O estudo conclui pela importância dos partidos no Congresso a partir de um minucioso levantamento do comportamento dos congressistas no plenário para votação de projetos. Considera as divisões entre esquerda, centro e direita para verificar se há diferenças no grau de disciplina ditadas pela coloração ideológica e, ainda, se os chamados pequenos partidos se distanciam dos grandes nesse quesito.

A relevância dos partidos e líderes na definição da agenda dos trabalhos e no resultado das votações é constatada, com algum grau de variação, em todos os partidos – grandes, médios e pequenos – da esquerda à direita. Os parlamentares agem submetidos à lógica partidária da instituição parlamentar.

Considerando-se a similaridade dos regimentos produzidos pelas Casas Legislativas do país a partir da Constituição de 88 e que os regimentos do Senado e da Câmara dos Deputados foram fonte de inspiração para os demais, pode-se supor que as normas internas se repetem em razoável medida nos Legislativos tanto estaduais quanto municipais.

Na Câmara Municipal de Belo Horizonte, os artigos 36, 37 e 47 do regimento interno indicam o papel dos partidos e do Colégio de Líderes na definição dos trabalhos legislativos e na ocupação dos espaços de poder dentro da Casa, como Comissões e Mesa. O Regimento afirma que a composição da Mesa e das comissões deve respeitar “tanto quanto possível” o critério da proporcionalidade (art 5º- parágrafo único, art 47, parágrafo terceiro).

De acordo com o texto, a lógica da distribuição de direitos parlamentares também é partidária. No entanto, como analisa *Magalhães* (2001) em estudo sobre o processo e a produção legislativa da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), entre 1989 e 1996, as mudanças feitas no regimento interno da Casa, em atendimento à Constituição de 1988, não reforçaram, efetivamente, o papel dos partidos ou das comissões técnicas. Foi criado o Colégio de Líderes, mas com prerrogativas limitadas. De acordo com *Magalhães*, “na CMBH não há, por exemplo, institutos discricionários importantes,

tais como os existentes no CN – o voto de lideranças e o direito dos líderes a solicitar tramitação em regime de urgência, são dois exemplos ilustrativos.” (...) Dois fatores mitigam o poder das lideranças: por um lado, os recursos formais disponíveis aos líderes municipais têm menor valor estratégico; por outro, o pequeno número de componentes da Casa favorece o surgimento de formas de organização alternativas que mitigam a importância do Colégio (de líderes).” (pág 91)

Magalhães avalia que essa organização alternativa possibilita ao legislador individual aumentar o seu poder de barganha seja ocupando um lugar no Colégio de Líderes ou em qualquer bloco informal, o que reforça a prática distributivista e coíbe a manifestação dos interesses partidários.

O Regimento Interno do legislativo municipal determina que cabe às bancadas a escolha de seus líderes, independentemente da sua composição numérica (art 32). Aos líderes é dada a prerrogativa de indicar os nomes que vão ocupar os cargos das comissões permanentes, processantes (CPIs) e comissões especiais. O presidente da Câmara só pode fazê-lo por decurso de prazo (5 dias), caso as lideranças se omitam.

Mas como veremos os líderes muitas vezes não têm liderados. Parcela significativa torna-se líder de si mesmo, a regra regimental perde a efetividade em um contexto histórico de extrema pulverização partidária.

A Pulverização partidária na CMBH

A ocupação das vagas na Câmara de Belo Horizonte nas sucessivas legislaturas desde 1982 se deu com um número crescente de partidos.

Melo (1997) mostra a evolução do quadro partidário de 1982 até 1996, ano em que a fragmentação na casa ultrapassa os dois dígitos. Ao longo do período os grandes partidos perdem terreno e as cadeiras passam a ser ocupadas por

partidos “nanicos”. O estudo registra que em janeiro de 1997, a Câmara Municipal de Belo Horizonte possuía 17 partidos para um total de 37 vereadores.

Desde então o processo de pulverização partidária tem se mantido praticamente estável. Os quadros abaixo buscam demonstrar o desempenho dos partidos na ocupação das cadeiras da CMBH entre 1996 e 2008 e o número efetivo de legendas. Com as duas últimas eleições, o número total de partidos chegou a 19.

Tabela 1
Percentual de ocupação das vagas da CMBH por partido 1996 a 2008

PARTIDO	1996	2000	2004	2008
PSDB	13,5%	10,8%	9,7%	7,3%
PT	8,1%	13,5%	17%	14,6%
PMDB	5,4%	10,8%	4,8%	7,3%
DEM (antigo PFL)	8,1%	2,7%	2,4%	2,4%
PP (antigo PPB)	2,7%	2,7%	-	-
PDT	8,1%	8,1%	4,8%	4,8%
PTB	2,7%	-	7,3%	4,8%
PR (antigo PL)	10,8%	5,4%	2,4%	2,4%
PPS	5,4%	8,1%	7,3%	4,8%
PSB	5,4%	10,8%	4,8%	4,8%
PC do B	5,4%	5,4%	4,8%	2,4%
PV	2,7%	2,7%	2,4%	4,8%
PHS	-	-	4,8%	2,4%
PTC	-	-	7,3%	4,8%
PRB	-	-	-	2,4%
PT do B	-	-	-	4,8%
PRP	-	-	-	4,8%
PAN	-	-	2,4%	-
PRTB	-	5,4%	2,4%	-
PTN	5,4%	2,7%	4,8%	-
PST	5,4%	2,7%	-	-
PSD	5,4%	5,4%	-	-
PSL	-	-	-	4,8%
TOTAL	17	17	18	19

Fonte: livro de posse CMBH/ Site TRE-MG

Mas o número absoluto de partidos não é o melhor indicador para se analisar o quadro partidário em uma casa legislativa. Em seu lugar a literatura de Ciência

Política utiliza o número efetivo de partidos, que é um índice que pretende determinar quais legendas realmente contam na competição política. Seu cálculo é feito considerando – se o somatório do percentual das cadeiras de cada partido elevado ao quadrado, a partir da seguinte fórmula:

$$N_e = 1 / \sum P_i^2$$

Em um contexto de extrema fragmentação partidária é possível perceber que um número cada vez maior de partidos é relevante no legislativo municipal. Os quadros abaixo comparam o número efetivo de partidos na Câmara dos Deputados e na Câmara de Vereadores de Belo Horizonte.

Quadro 1
Número efetivo de partidos na Câmara dos Deputados

	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006
CD	2,4	2,8	8,7	8,2	7,1	8,5	9,3

Fonte: MELO 2007

Quadro 2
Número efetivo de partidos na CMBH

	1982	1988	1992	1996	2000	2004	2008
CMBH	1,8	7	9	13,5	12,4	13,6	12,9

Fonte. TRE/ CMBH

O processo na Câmara de Vereadores de BH guarda relação com o ocorrido na Câmara dos Deputados a partir de meados dos anos 1980, mas aqui o fenômeno se manifestou com intensidade muito maior.

Melo(1997) avalia que nos primeiros anos daquela década o país ainda viveu sob um bipartidarismo “de fato”, uma vez que PMDB e PDS, graças à estrutura herdada do período militar e aos casuísmos da legislação eleitoral de 1982, ficaram com quase todas as cadeiras em disputa no país.

Progressivamente, a crise do PDS – que deu origem ao PFL – e a implosão do PMDB em pleno governo Sarney deram início a uma caótica “*reacomodação das elites políticas*” e resultaram em um acelerado processo de fragmentação do sistema partidário. Tal processo só foi interrompido a partir de meados dos anos 1990 quando PT e PSDB passaram a se firmar como os dois competidores na disputa presidencial.

Nicolau (1996) indica dois momentos do processo de fragmentação partidária no Brasil. O de 1985 a 1987 que pode ser caracterizado por um multipartidarismo moderado. E outro de 1989 a 1995 que chama de “extremado”.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte tem trajetória semelhante a do resto do país. Traçando um paralelo com Câmara dos Deputados, é possível perceber dois processos de pulverização partidária que se aproximam e se distanciam de acordo com o período, usando como referência a evolução do número efetivo de partidos.

O resultado da eleição municipal de 1988 é marcado por forte fragmentação. O mesmo fenômeno se repete na Câmara dos Deputados em 1990. A partir desse ano, o número efetivo de partidos na CD se estabiliza, chegando a recuar em 1998, mas voltando a crescer moderadamente nos pleitos seguintes.

No âmbito municipal, até 1996 o leque multipartidário é fortemente ampliado e o número efetivo de partidos ultrapassa os dois dígitos chegando a 13,5. Nos pleitos seguintes, o Ne permanece alto e praticamente estável. Em outras palavras, tanto em BH como em Brasília, o número efetivo de partidos estabiliza-se, mas na capital mineira ele o faz em um nível expressivamente mais alto. A fragmentação municipal é mais elevada do que a federal e, provavelmente, uma das mais elevadas do país.

A amplitude da pulverização torna-se flagrante quando considerados os universos de cada Casa Legislativa. Atualmente, a CD possui 513 parlamentares e um Ne = 9,3. E a CMBH, 41 vereadores e Ne = 12,9.

Ainda tomando como referência o Congresso, alguns dos partidos que tem relevância em Brasília, como o DEM e o PP, em Belo Horizonte são siglas sem importância. O DEM elegeu apenas um vereador em 2008 e o PP nenhum.

Por outro lado, uma legenda sem expressividade nacional, como o 'nanico' PMN, elegeu três representantes em 2008. Número significativo num quadro de forte pulverização. O PSDB que polariza com o PT a disputa política nacional tem outros três vereadores. O PMDB, quatro, e o PT, que detém a maior bancada (6 vereadores), não chega a 15% da composição partidária da CMBH.

A explicação desse fenômeno acentuado na capital mineira talvez possa ser encontrada num estudo mais profundo, considerando a combinação da lei eleitoral e partidária, que estimula a proliferação de legendas, e o enfraquecimento dos partidos tradicionais.

No último pleito, para as 41 cadeiras, foram eleitos vereadores de 19 partidos, conforme quadro abaixo.

Quadro 3
Composição partidária da CMBH após as eleições de 2008

PARTIDO	VEREADORES	% DE CADEIRAS
PT	Adriano ventura Arnaldo Godoy João B Rodrigues (João da Locadora) Neusa Santos Paulo Lamac Silvinho Resende	14,6
PMDB	Cabo Júlio Geraldo Félix Iran Barbosa Reinaldo (preto do sacolão)	7,3
PSDB	Henrique Braga Leo Burguês Elias Murad	7,3
PMN	Divino Pereira Hugo Thomé Wellington Magalhães	7,3
PPS	Luzia Ferreira Ronaldo Gontijo	4,8
PV	Alberto Rodrigues Leonardo Mattos	4,8
PT do B	Edinho Ribeiro (Edinho do Açougue) Luis Tibé	4,8
PSB	Alexandre Gomes Gêra Ornelas	4,8
PHS	Fred Costa Sérgio Fernando	4,8
PDT	Bruno Miranda Moamed Rachid	4,8
PTC	Anselmo Domingos Paulo César Souza (Pablito)	4,8
PTB	Elaine Matozinhos Priscila Teixeira	4,8
PPR	João Oscar João Vitor Xavier	4,8
PSL	Antônio Torres (Gunda) Paulo Sérgio (Paulinho Motorista)	4,8
DEM	Wagner Messias (preto)	2,4
PSC	Autair Gomes	2,4
PR	Pastor Carlos Henrique	2,4
PRB	Bispo Chambarelle	2,4
PC do B	Maria Lúcia Scarpelli	2,4

Fonte: Assessoria de Comunicação CMBH

ESTUDO DE CASO

A Mesa Diretora – jogo I

Dentro do cenário de intensa pulverização partidária, já demonstrado, é possível buscar entender como se deu a tomada de decisões relativas à alocação de recursos e poder na CMBH em 2009, no que tange a composição da Mesa e das presidências das comissões permanentes.

Ao contrário do que prevê o Regimento Interno da Câmara, o processo não contou com quase nenhuma participação dos partidos na figura dos líderes. Ele foi concentrado na Presidência da Casa, nas negociações com blocos informais - que se pautaram essencialmente pelos interesses dos indivíduos - e teve influência importante do Executivo. Essa dinâmica também é histórica no Legislativo municipal de Belo Horizonte e, em parte, tem respaldo do Regimento Interno.

O RI concentra poderes nas mãos da presidência que comanda a Mesa Diretora. A Mesa deve ser eleita pela maioria dos membros da CMBH, *“respeitando tanto quanto possível a participação proporcional dos partidos políticos”* (art 5º parágrafo único). É a Mesa que detém a função de administrar a Casa e coordenar os trabalhos legislativos. O presidente, além de concentrar o poder sobre o processo de produção legal, desempenha papel central na distribuição de cargos e funções.

Por conta da concentração de poder decisório na presidência, a eleição da Mesa Diretora é marcada por articulações políticas que envolvem o Executivo municipal. A participação do Executivo e a composição que resulta da escolha da Mesa têm consequência direta na sustentação da base de apoio à administração municipal.

A relação do Executivo com o legislativo de Belo Horizonte foi analisada no estudo de Magalhães (2001). O trabalho considera que “*o aval da Mesa (sobretudo do seu presidente), dados os seus poderes, significa maior tranquilidade para o Prefeito quanto à aprovação de suas propostas*”. (pág 87)

Em uma rápida comparação entre os contextos nacional e municipal, pode-se dizer que as situações são semelhantes no que se refere à relação entre os poderes Executivo e Legislativo, com forte ascendência do primeiro sobre o segundo, mas distintas no que se refere à distribuição interna de poder no interior deste último. Na Câmara dos Deputados, o poder da Presidência é contrabalançado pelo dos líderes e a Mesa não reina sozinha. Na CMBH, como ficará ainda mais claro nos itens seguintes, os partidos não são um contraponto.

Novatos x Governistas x Veteranos

Para analisar historicamente o comportamento dos vereadores no processo de distribuição de poder na CMBH é elucidativa a pesquisa de Magalhães (2001) feita entre 1988 e 1996. O trabalho conclui que a CMBH privilegia a atuação dos legisladores individuais, em detrimento dos interesses coletivos “*em função da abundância das prerrogativas individuais previstas no Regimento Interno da Câmara Municipal, por um lado, e da ausência de mecanismos institucionais que obriguem os vereadores a atuarem de acordo com parâmetros coletivos.*” (pág 167)

Mas a atuação individual acaba combinando-se, pelo menos em alguns momentos, como a emergência de blocos de interesse. Na eleição de 2008 tal fato interferiu no jogo de alocação de poder na CMBH. Em meio a um quadro de intensa pulverização, 17 dos vereadores ingressaram na Câmara em primeiro mandato. Logo depois do resultado confirmado das eleições, os novos vereadores se aglutinaram em um grupo conhecido como “Novatos” (quadro 4).

Ele se caracterizou por um ajuntamento de forças que buscava conquistar espaços de poder no momento da distribuição de cargos, tanto da Mesa quanto na presidência das comissões.

Quadro 4
Vereadores, partidos e número de mandatos na CMBH (2009/2013)

Número de mandatos	Vereadores e partidos
Novatos (primeiro mandato)	Leo Burguês (PSDB); Adriano Ventura e João Locadora (PT); Cabo Júlio, Iran Barbosa e Preto Sacolão (PMDB); João Vitor e Leonardo Mattos (PV); João Oscar(PPR); Priscila Teixeira (PTB); Pablito (PTC); Bruno Miranda (PDT); Sérgio Fernando (PHS); Luis Thibé, Edinho do Açogue (PT do B); Gunda e Paulinho Motorista (PSL);
2	Alberto Rodrigues (PV); Anselmo Domingos (PTC); Autair Gomes (PSC); Chambarelle (PRB); Divino Pereira (PMN) e Wellington Magalhães; Fred Costa (PHS); Luzia Ferreira (PPS); Paulo Lamac (PT); Elias Murad (PSDB)
3	Carlos Henrique (PR); Hugo Thomé (PMN); Elaine Matozinhos (PTB);
4	Gera Ornelas (PSB); Maria Lúcia Scarpelli (PC do B); Silvio Rezende e Neusa Santos(PT), Moamed Rachid (PDT); Wagner Messias (DEM); Henrique Braga (PSDB)
5	Ronaldo Gontijo (PPS); Alexandre Gomes (PSB); Arnaldo Godoy (PT); Geraldo Felix (PMDB);

Fonte: Site e Assessoria de Comunicação CMBH

Obs: entre os vereadores novatos, Leonardo Mattos, não se alinhou ao grupo. Mattos- já havia sido vereador, mas não tinha mandato consecutivo- integrou o bloco ligado à base governista. O vereador Hugo Thomé o substituiu na composição somando 17 parlamentares.

Por conta da expressiva renovação resultante da eleição de 2008 (41,5% das cadeiras) o grupo dos novatos, formado por vereadores de onze partidos, tornou-se a maior articulação da casa, detendo mais cadeiras que os outros dois grupos existentes na Casa. O grupo incluiu representantes eleitos por PT, PSDB, PMDB e outros oito partidos pequenos.

Para fazer frente a esta movimentação surgiram outros dois blocos. Um articulado por vereadores de segundo mandato ou mais – os “veteranos” – e outro que tinha como referência alguns dos partidos que haviam apoiado a campanha de Marcio Lacerda para a prefeitura – o bloco governista, formado por PT, PPS e PSB.

As três forças organizadas tinham em comum o caráter da informalidade - sem a presença partidária - na busca pela ocupação de espaços de poder. A presidenta da CMBH, Luzia Ferreira (PPS)¹ explica assim a formação dos blocos:

“No pós-eleição foram aqui articulados três grupos políticos: os novatos, independentemente de sigla partidária resolveram formar um bloco, chamado exatamente de novatos, eram 17 (...) era um bloco de articulação. Um outro bloco aqui também já mais antigo, se articulou, envolvendo aí pessoas, não eram partidos, era um agrupamento que reunia pessoas, aí formou-se um novo grupo. E nós tentamos , um grupo que tentava ser...os partidos do início da campanha do prefeito, que apoiou..., tentamos criar um bloco mais partidário, que incluía o PT, o PPS, o PSB. A idéia era (também) PSDB E PV,... que criasse um grupo que nós articulávamos, ser mais partidário. Mas também esse grupo ficou com dificuldade porque o PSDB ficou um pessoa em cada bloco: um era novato, o outro ficou no grupo de pessoas e outro estava conosco.Então não foi possível fazer uma articulação. Mas, enfim, o PPS e o PT estavam articulando esse bloco com parte do PSB e parte do PV . Isso foi o início da discussão da Mesa”.

¹ A entrevista da vereadora Luzia Ferreira foi gravada nos dia 24 de setembro de 2009 nas dependências da CMBH

A informalidade dos blocos tem evidente relação com a pulverização partidária e a conseqüente falta de importância das legendas no embate de forças dentro da Câmara. Para a alocação de poder estavam em jogo elementos como prestígio pessoal, capacidade individual de articulação política e proximidade com o poder executivo.

Estabelecidos os grupos, entre outubro e final de dezembro de 2008 ocorreram intensas negociações para a escolha da Mesa da CMBH. Veteranos e Governistas se articularam para fazer frente à superioridade numérica dos Novatos.

Anselmo Domingos (PTC)², vereador do grupo de veteranos explica: *“tinham várias candidaturas em todos os grupos. Mas nenhuma que fosse natural, que tivesse sido construída no último ano, por exemplo. Havia uma resistência que o presidente fosse um novato, pela falta de experiência, quase todos tinham alguma resistência, ou algum desgaste. Até que num certo momento foi sugerido o nome da vereadora Luzia. Ela estava no grupo mais ligado ao PT, mas não tinha nenhuma dificuldade com o nosso grupo, nem com os novatos, houve um interesse do executivo, porque ela também era da base do Márcio Lacerda, então acabou sendo construído dessa forma”*.

A participação do Executivo na escolha da presidência ganha mais ou menos relevo de acordo com a posição que o vereador ocupa na Câmara, se situação ou oposição. Mas em geral todos reconhecem sua influência nas decisões:

“Em dezembro houve uma sinalização do prefeito Márcio Lacerda que tinha uma preferência do meu nome para presidente, isso porque o executivo ainda tem muita força na estrutura de poder na Mesa diretora das Casas Legislativas. Isso aí vazou que ele teria uma preferência pelo meu nome. Esse fato foi muito definidor de refluir as outras candidaturas.” (Luzia Ferreira).

² A entrevista do vereador Anselmo Domingos foi gravada no dia 16 de setembro de 2009 nas dependências da CMBH

De acordo com o vereador Henrique Braga (PSDB):

*“A composição da mesa diretora da Câmara Municipal de Belo Horizonte, como nas demais câmaras do Brasil, nas assembleias legislativas e no Congresso Nacional é formatada em atendimento aos interesses do Poder Executivo. Em Belo Horizonte não fugiu à regra, aquele ou aqueles mais afinados com o Executivo é que levaram. O número de componentes de bancada é levado em consideração na composição da mesa diretora, mas não é o preponderante.”*³

Também o vereador Leonardo Mattos (PV) aponta a influência da prefeitura nas decisões da CMBH:

*“...principalmente no tocante às presidências, o executivo influencia decisivamente na composição da presidência da Mesa Diretora da Câmara e influencia parcialmente na composição das Comissões”*⁴.

A composição completa da Mesa só foi definida horas antes da votação. Luzia Ferreira foi eleita com 40 dos 41 votos da Casa em primeiro de janeiro de 2009.

A Mesa acolheu seis das 19 legendas representadas na Câmara. O quadro a seguir mostra o resultado. Como se pode perceber (quadro 5), a maior bancada da Câmara, a do PT, ficou apenas com a segunda vice-presidência, um cargo de pouca expressão e influência nos trabalhos da Casa.

³ As respostas do vereador Henrique Braga foram enviadas por e-mail em 18 de setembro de 2009.

⁴ A entrevista do vereador Leonardo Mattos foi gravada no dia 09 de setembro de 2009 nas dependências da CMBH

Quadro 5
Composição da Mesa Diretora CMBH/ 16ª Legislatura

Presidente: Luzia Ferreira	PPS
1º Vice-Presidente: Wellington Magalhães	PMN
2º Vice-Presidente: Silvinho Rezende	PT
Secretário-Geral: Anselmo José Domingos	PTC
1º Secretário: Geraldo Félix	PMDB
2º Secretário: Bruno Miranda	PDT

Fonte: Divisão de Atendimento e Correspondência – CMBH e TRE-MG

A partir da eleição da Mesa e durante todo o mês de janeiro transcorreram as negociações para a composição das comissões. A condução coube à nova presidenta, tendo como interlocutores líderes escolhidos pelos grupos informais. *“Esses grupos que se articularam tinha muito a ver com montar grupo por afinidade, para tentar disputar comissões que eles julgavam mais importantes”*, lembra a presidenta.

“ A estratégia que eles usam é essa união de vereadores para se protegerem. Geralmente esses vereadores compõem os partidos de menor relevância no cenário político do município”. (Leonardo Mattos)

As presidências das comissões - jogo II

No processo de definição de cargos das comissões permanentes na Legislatura 2009/ 2012, a presidência teve poder, desde o primeiro momento sobre a escolha dos nomes e o controle das negociações que resultaram na eleição dos presidentes.

A votação para a escolha dos presidentes das comissões é um jogo tradicionalmente de cartas marcadas. Os membros ratificam os nomes já indicados como desdobramento de um intenso processo de negociação política concentrado na presidência da Casa.

De acordo com a presidenta Luzia Ferreira (PPS), na escolha de quem ocuparia cada presidência, ela levou em consideração acordos prévios- que condicionaram também a composição da Mesa- e perfis pessoais. Os partidos foram citados como fator de menor relevância. As negociações – confirmam outros vereadores – foram conduzidas quase que totalmente sem a presença dos partidos.

Uma exceção seria o PT, que buscou agir como bancada no processo, mas também encontrou dificuldades para fazer valer a lógica partidária. O líder da bancada petista Arnaldo Godoy⁵¹ afirma “*O poder quem tem mesmo é o presidente e o secretário geral que tem um trabalho burocrático. O resto é rainha da Inglaterra (...) tudo é negociação com a presidente.*”

O vereador Anselmo Domingos (PTC) explica a condução do processo:

“A presidência da Mesa, aqui na Câmara é que escolhe as presidências das Comissões, não são escolhidas pelos partidos, nem pelo vereadores. O partido pode pedir que aquele vereador componha aquela comissão, mas isso não tem que acontecer obrigatoriamente porque o presidente é que tem a prerrogativa. Então o presidente às vezes tem que montar a comissão para atingir aquele objetivo que foi o acordo feito lá atrás. E às vezes dá certo, às vezes não. Porque às vezes o que o presidente esperava daquela comissão,... ela não escolhe o presidente que foi acordado lá atrás.”

Cabe notar que, neste ponto, há uma enorme diferença entre a Câmara em BH e o poder legislativo federal. No Congresso, a escolha da presidência das comissões passa pelo critério partidário, com os partidos realizando as escolhas a depender de sua força numérica sem prejuízo, é claro, da existência de eventuais acordos.

No trecho da entrevista citado acima, o vereador Anselmo Domingos faz referência à escolha do nome que deveria assumir a presidência de uma das comissões mais importantes da Casa, a de Legislação e Justiça no início de

⁵ A entrevista do vereador Arnaldo Godoy foi gravada nas dependências da CMBH no dia 15 de setembro de 2009.

2009. O escolhido pela presidenta Luzia Ferreira foi o vereador Pablito (PTC) que integrava o grupo dos novatos. Era a contrapartida pela composição da Mesa Diretora, que só cedeu aos novatos o cargo de terceiro secretário, o de menor importância. Na eleição da CLJ, no entanto, outro novato Sérgio Fernando (PHS) ganhou a eleição. A reviravolta eleitoral foi articulada por um membro da comissão, Carlos Henrique (PR), de grupo adversário, que havia sido preterido pela presidente da Câmara.

Ao contrário do que é previsto no Regimento Interno, as lideranças partidárias também não influem na escolha dos nomes dos membros que compõem as comissões permanentes. A norma determina que os membros sejam nomeados pelo presidente da Casa (art. 47, caput), a partir de um processo de escolha composto de duas fases sucessivas e excludentes.

Na primeira, é determinado que o conjunto de líderes de bancadas defina os nomes *“dentro dos primeiros 5 (cinco) dias da terceira sessão legislativa”*(art. 47, § 7º, I, c/c o § 6º do mesmo artigo); ou *“a partir do término daquele prazo”* o próprio presidente terá a prerrogativa da escolha (art. 47, § 8º).

A resolução 2013/95 do RI formalmente retirou do presidente da Casa o poder de escolher, de forma discricionária, os nomes que vão compor as comissões. Apenas decorrido o prazo, o presidente é desobrigado a aceitar a definição de nomes, que segundo o RI deveria ocorrer pelo conjunto de líderes. Ao presidente da Câmara caberia apenas a nomeação, o ato homologatório da composição, sem poder de intervenção. Ela só ocorreria por decurso de prazo. Uma vez transcorrido o prazo, o presidente pode (não é obrigado) atender eventual indicação ou sugestão de qualquer outro vereador, líder ou não.

O parecer emitido pelo diretor legislativo da CMBH Guilherme Nunes de Avelar Neto, relativo ao biênio 2007/2008, que consta entre a documentação cedida pelo Centro de Atendimento ao Cidadão conclui que *“o Regimento, desde que adotou esse regramento, atenuou - e muito - o caráter presidencialista de decisão, entregando esta unicamente ao conjunto de líderes. Apenas se estes não exercerem sua função é que o presidente da Câmara interviria, de forma a não inviabilizar o início*

dos trabalhos parlamentares, ao final do recesso.” No entanto, a dinâmica observada mostra que a modificação tornou-se letra morta dada a fragilidade dos partidos e a prática de o presidente indicar os nomes para os cargos das comissões persiste há 14 anos, mesmo com a mudança do regimento.

Os vereadores entrevistados destacam a falta de importância dos líderes partidários e da atuação de um colégio de líderes no processo de alocação de poder na Casa. Iran Barbosa (PMDB)⁶ critica o regimento e responsabiliza a fragmentação partidária pela baixa atuação dos líderes no âmbito do legislativo municipal:

“O líder é menos do que devia ser. Nosso regimento é condizente com o princípio da estratificação partidária. É o líder de si mesmo. A Câmara Municipal está muito aquém do que devia estar nesse quesito. Hoje o Colégio de Líderes tem 26 líderes, é quase que uma deliberação de plenário. Hoje tem mais gente deliberando no Colégio de Líderes do que no processo normal de quorum que só exige 21.”

Pode-se questionar aqui a importância da prerrogativa de escolha dos membros, já que todos os mandatários tem direito assegurado pelo RI à vaga de comissão. Mas ao abrir mão da prerrogativa, de forma incondicional e inquestionável, o conjunto de líderes amplia o poder concentrado na presidência. Os membros das comissões que elegem o presidente, com raras exceções como a relatada no “caso Pablito”, também o fazem em um ato homologatório da decisão tomada pela presidência da Mesa.

O fato é que uma intrincada rede de negociações apartidárias, ditadas por interesses individuais e sob a batuta da presidência definiu a alocação de poder nas comissões. Como relata a Presidenta Luzia Ferreira:

⁶ A entrevista do vereador Iran Barbosa foi gravada nas dependências da CMBH no dia 22 de setembro de 2009.

“Nessas negociações é difícil porque não tem critério e tenho que decidir. Aí ficou uma (situação) tão complexa, porque caberia a mim definir os membros. Quem elege a presidência são os membros das comissões. Mas obviamente dependendo da composição você já tem, claro, quem podia ser o presidente, o alinhamento político ali.”

O fator que precede a formação dos grupos informais é a ausência de partidos fortes dentro do legislativo municipal em decorrência da fragmentação da legendas e de um número grande delas com um ou dois representantes na Casa.

Para o processo decisório é necessário que haja confluência de opiniões e mecanismos que canalizem os interesses dispersos. Na ausência dos partidos, da ação dos líderes de bancadas e com a prevalência da ação individual, a concentração do poder na Mesa Diretora é o recurso que historicamente é utilizado para a distribuição de poder.

A pesquisa de Magalhães (1991) já apontava o caráter individualista do comportamento dos vereadores da Casa:

“...a formalidade da regra (art 47) é relativizada no momento de composição do sistema. Ocorre que a excessiva fragmentação parlamentar redundando em diversos partidos políticos com 1 ou 2 membros. Esses pequenos partidos, quando não têm vereadores com experiência ou influência pessoal na Casa, acabam ficando nas comissões menos cobiçadas. Os maiores partidos e os vereadores mais influentes barganham lugares nas comissões estrategicamente mais importantes. (...) Aqueles que se interessam por temas específicos de determinadas comissões ou pela posição privilegiada da comissão no processo legislativo fazem uso de seus recursos políticos para obter ali uma posição”
(páginas 87e 89)

Para além das vontades individuais que se superpunham aos interesses coletivos, Magalhães também identificava na CMBH o fenómeno da organização de grupo para obtenção de recursos que não tinham qualquer relação com interesses partidários.

“Ocorre que, além da proeminência do legislador individual nos trabalhos legislativos, houve na Câmara Municipal uma forma alternativa de organização coletiva (...) com o ajuntamento dos pequenos partidos, sem influência na Casa, compostos por um ou dois filiados, criou-se o BPI, Bloco Parlamentar Independente, com 13 ou 14 membros, cuja posição política não tinha nenhuma relação com interesses partidários. Os vereadores do bloco buscavam apenas barganhar apoio seja com os colegas seja com o Executivo.” (pág 108)

Um fato que demonstra a prevalência do interesse individual nessa aglutinação de blocos é a constatação de seu caráter transitório. Os grupos praticamente não sobreviveram à ocupação dos espaços de poder na Casa. O fato é apontado pelo vereador Leonardo Mattos:

“Como nós já imaginávamos, teve uma vida curta (...) hoje não existe um grupo ou mais de um grupo aqui na Casa. Nós estamos sem essa configuração. Não estamos tendo nenhuma liderança despontando, capaz de agregar seus pares, pra uma ação mais ativa, mais positiva do Parlamento belorizontino.”

Outro dado que é possível concluir como histórico - e que nesse caso se assemelha ao que ocorre em âmbito nacional - é a influência do executivo no legislativo municipal. Magalhães lembra que os mecanismos constitucionais que desequilibram a interação Executivo-Câmara no Brasil descem, em cadeia, até o nível municipal de governo.

“As prerrogativas do Executivo relacionadas ao processo legislativo juntamente com a atuação, ainda que menos intensa, do Colégio da Líderes no âmbito do município, ga-

ranter um padrão de interferência do Executivo nas atividades parlamentares semelhante àquele identificado no âmbito federal'.(pág 92)

Pelos recortes de jornais é possível perceber como a tomada de decisões é afetada pelos interesses do Executivo. Especialmente na escolha da presidência da Casa - por ser efetivamente quem concentra poder no legislativo municipal - e da presidência da Comissão de Constituição e Justiça, que por sua vez é capaz de “barrar” a tramitação de matérias enviadas pelo Executivo. Interferindo nessas escolhas estratégicas, o Executivo amplia seus poderes sobre a CMBH para além das prerrogativas legislativas.

Aparentemente, as regras para alocação de poder na CMBH permaneceram intactas nos últimos anos. Das negociações individuais sob o comando da presidência, resulta a definição dos nomes para cargos e presidências das comissões em dois mandatos diferentes dentro da mesma Legislatura. O processo contempla os 41 vereadores nas oito comissões da CMBH.

Quadro 6

Composição das Comissões Permanentes/ CMBH

EFETIVOS- 2009/2010	PARTIDOS	SUPLENTE-2011/2012	PARTIDOS
LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA			
1. Sérgio Fernando (Presid)	PHS	1. Fred Costa	PHS
2. Carlos Henrique (Vice-Pres.)	PR	2. Preto	DEM
3. Divino Pereira	PMN	3. Cabo Júlio	PMDB
4. Pablo César – Pablito	PTC	4. Pricila Teixeira	PTB
5. João Vítor Xavier	PPR	5. Luís Tibé	PT do B
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			
1. Luís Tibé (Presidente)	PT do B	1. João Vítor Xavier	PPR
2. João Oscar (Vice-Pres.)	PPR	2. Carlos Henrique	PR
3. Iran Barbosa	PMDB	3. Pablo César – Pablito	PTC
4. Paulo Lamac	PT	4. Elaine Matozinhos	PTB
5. Henrique Braga	PSDB	5. Autair Gomes	PSC
ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS			
1. Adriano Ventura (Presidente)	PT	2. Edinho Ribeiro	PT do B
2. João Bosco Rodrigues(Vice)	PT	4. Arnaldo Godoy	PT
3. Hugo Thomé	PMN	3. Moamed Rachid	PDT
4. Autair Gomes	PSC	4. Henrique Braga	PSDB
5. Chambarelle	PRB	5. Paulo Lamac	PT
MEIO AMBIENTE E POLÍTICA URBANA			
1. Neusinha Santos (Presidente)	PT	1. João Bosco Rodrigues	PT
2. Leonardo Mattos (Vice-Pres.)	PV	2. Alberto Rodrigues	PV
3. Elaine Matozinhos	PTB	3. Divino Pereira	PMN
4. Léo Burguês de Castro	PSDB	4. Reinaldo – Preto Sacolão	PMDB
5. Alexandre Gomes	PSB	5. Chambarelle	PRB
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRANSPORTE E SISTEMA VIÁRIO			
1. Preto (Presidente)	DEM	1. Professor Elias Murad	PSDB
2. Moamed Rachid (Vice-Pres.)	PDT	2. Hugo Thomé	PMN
3. Gêra Ornelas	PSB	3. Léo Burguês de Castro	PSDB
4. Paulinho Motorista	PSL	4. João Oscar	PPR
5. Gunda	PSL	5. Maria Lúcia Scarpelli	PC do B
SAÚDE E SANEAMENTO			
1. Fred Costa (Presidente)	PHS	1. Gunda	PSL
2. Alberto Rodrigues (Vice-Pres.)	PV	2. Alexandre Gomes	PSB
3. Professor Elias Murad	PSDB	3. Ronaldo Gontijo	PPS
4. Reinaldo - Preto Sacolão	PMDB	4. Iran Barbosa	PMDB
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO			
1. Arnaldo Godoy (Presidente)	PT	1. Neusinha Santos	PT
2. Ronaldo Gontijo (Vice-Pres.)	PPS	2. Sérgio Fernando	PHS
3. Edinho Ribeiro	PT do B	3. Paulinho Motorista	PSL
DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR			
1. Maria Lúcia Scarpelli (Presidente)	PC do B	1. Adriano Ventura	PT
2. Pricila Teixeira (Vice-Pres.)	PTB	2. Gêra Ornelas	PSB
3. Cabo Júlio	PMDB	3. Leonardo Mattos	PV

Fonte: Divisão de Atendimento e Correspondência – CMBH e TRE-MG

CONCLUSÃO

Com o presente estudo foi possível concluir que a pulverização partidária histórica e persistente na Câmara municipal de Belo Horizonte fomentou um tipo de organização informal de vereadores que na atual Legislatura ampliou-se - de dois para três grupos - para a disputa pela Mesa e distribuição de cargos e presidências nas comissões.

O grupo dos novatos reproduz internamente a mesma lógica de composição da Câmara reunindo vereadores de partidos pequenos (pouco representativos) e de legendas maiores como o PT e o PMDB. Mesmo ressalvando a tentativa do PT de agir como bancada, petistas e pemedebistas se alinham aos demais vereadores em primeiro mandato para obter força. Uma demonstração evidente do enfraquecimento das legendas no processo, inclusive das que têm alguma possibilidade numérica de atuar como bancada.

Na ausência dos partidos, da efetiva atuação dos líderes e do Colégio de Líderes, que reproduz a fragmentação do conjunto de vereadores, os agentes políticos - independentemente do perfil partidário - buscam conciliar interesses pulverizados.

A própria fragmentação partidária inviabiliza a atuação do conjunto. A deliberação relativa aos cargos das comissões teria que ocorrer a partir de um acordo de 19 vereadores líderes. A solução encontrada por eles - já adotada há anos à revelia do regimento - é abrir mão da prerrogativa e transferir a responsabilidade à presidência da Mesa Diretora.

Como solução para o que seria um impasse, é repetida a saída histórica de concentração do poder decisório na presidência. Os parlamentares delegam parcela de seu poder, mediante um jogo de negociações, pautado pela ação e prestígio individuais.

A forma como são tomadas as decisões relativas à alocação de poder na CMBH pode ser relacionada a um processo contínuo de perda de força das grandes legendas em BH e consequente abertura de espaço, no legislativo, para os “nanicos”. Este certamente seria um ponto a ser mais bem analisado pelos que se interessam pela dinâmica democrática em Belo Horizonte. Como pode ser explicada a fragilização das grandes legendas? Uma possibilidade a ser explorada seria o fato de a cidade experimentar um longo período de continuidade à frente da prefeitura. A hegemonia das forças de esquerda – PT e PSB – pode estar na origem da fragilização do DEM, PP e mesmo do PSDB. Mas essa seria apenas uma das explicações possíveis e não é viável, nesta monografia, explorar o tema.

A presença do executivo no processo de decisão replica o quadro nacional e também não é novo no âmbito municipal. A influência decorre do poder de agenda e das prerrogativas legislativas que estão na mão do executivo.

O cenário se mostra pouco favorável a uma atuação dos parlamentares comprometida com programas políticos e à participação mais democrática das forças representativas.

A ação do vereador dentro da CMBH tende a reproduzir o tipo de conexão que é frequente entre políticos e eleitores. Uma relação que atende interesses particulares com base em ações individuais, em detrimento do coletivo.

BIBLIOGRAFIA

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub e LIMONGI, Fernando (1999). **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro, FGV

MAGALHÃES, Paulo (2001). “Instituições Políticas e Democracia: Processo e Produção Legislativos na Câmara Municipal de Belo Horizonte 1989-1996”. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – UFMG.

MELO, Carlos Ranulfo (1997). “Partidos e Eleições em Belo Horizonte”. **Teoria e Sociedade**, vol.2

MELO, Carlos Ranulfo (2007). “Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: elementos para a análise do sistema partidário brasileiro”. Melo e Alcântara (Eds.) **A Democracia Brasileira: Balanço e Perspectivas para o Século 21**”. Ed. UFMG.-

NICOLAU, Jairo (1996). **Sistemas Eleitorais**. Rio de Janeiro, FGV

NICOLAU, Jairo(1996) **Multipartidarismo e Democracia**. Rio de Janeiro, FGV

Regimento Interno da Câmara Municipal de Belo Horizonte

Regimento Interno da Câmara dos Deputados

Regimento Interno do Senado

ANEXOS

Entrevistas realizadas com seis vereadores durante o mês de setembro de 2009. Cinco presenciais, nas dependências da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Transcrição de entrevista com a vereadora e presidenta da CMBH Luzia Ferreira – PPS (24/09/09)

1- Como se deram negociações para composição da Mesa?

Na verdade, em função da fragmentação partidária e política, resultado das últimas eleições, nós temos 41 vereadores e 19 partidos representados aqui na Câmara. Eu digo infelizmente porque eu acho que os partidos é que deveriam em função de suas concepções políticas e ideológicas fazer aqui o alinhamento, mas não se deu desta forma. No pós eleição, foram aqui articulados três grupos políticos: os novatos, independentemente de sigla partidária, resolveram formar um bloco, chamado exatamente de novatos, eram 17- aqui teve um renovação expressiva- era um bloco de articulação. Um outro bloco aqui também já mais antigo, se articulou, envolvendo aí pessoas, não eram partidos, era um agrupamento que reunia pessoas, aí formou-se um novo grupo. E nós tentamos, um grupo que tentava ser...os partidos do início da campanha do prefeito, que apoiou, tentava criar um bloco mais partidário, que incluía o PT, o PPS, o PSB. A idéia era PSDB E PV que criasse um grupo que nós articulávamos, ser mais partidário. Mas também esse grupo ficou com dificuldade porque o PSDB ficou um pessoa em cada bloco: um era novato, o outro ficou no grupo de pessoas e outro estava conosco. Então não foi possível fazer uma articulação, mas enfim O PPS e o PT estavam articulando esse bloco com parte do PSB e parte do PV. Isso foi o início da discussão da Mesa.

2- Como se deu o processo de negociação. Que peso tiveram a influência pessoal, o prestígio individual desses indivíduos que compunham esses grupos?

Cada grupo tinha seus pré-candidatos a presidência da Mesa. O PPS tinha, o PT tinha, cada grupo apresentou seu pré-candidato. E fomos conversando. Claro, os grupos eram uma forma de buscar forças. Buscar estrutura de poder. Quanto mais você tinha, mais você teria. Os novatos eram 17, o grupo maior, embora os novatos tivessem dois do PT, que sempre disseram que teriam que votar com a bancada. E a bancada estava com o grupo que nós articulávamos como se fosse partidário. Então esse bloco funcionou em outubro, em novembro, cada um articulando, puxando, mais com um ajuntamento de forças, vamos dizer assim...buscando arregimentar como se fosse um exército. Em dezembro houve uma sinalização do prefeito Márcio Lacerda que tinha uma preferência do meu nome para presidente, isso porque o executivo ainda tem muita força na estrutura de poder na Mesa diretora das Casas Legislativas. Isso aí vazou que ele teria uma preferência pelo meu nome. Esse fato foi muito definidor de refluir as outras candidaturas, porque aqui a gente não tem articulada uma oposição ao prefeito. O prefeito tem uma ampla base aqui de 17 partidos já na campanha. Então isso já sinalizou, olha já tem a preferência, aí a disputa passou a ser pelos outros cargos. Ela foi

muito forte pela primeira vice , nos outros cargos que compõem a Mesa. Então em meados de dezembro os outros candidatos refluíram e passamos a discutir já dando com,o certo que eu seria a candidata presidente e fomos compor as outras chapas: primeira vice, secretaria geral. A composição foi mais custosa até nas demãos estrutura da chapa.

3- Em algum momento os partidos pesaram para a estrutura da chapa?

Em momento nenhum partido pesou. Porque como tinha três blocos, nenhum partido conseguiu, a não ser o PPS que ficou claramente aqui nesse bloco, nenhum outro partido conseguiu manter unidade num bloco...nem o PT , porque ele tinha 2 novatos e quatro no nosso grupo. Essa situação ficou dúvida, se tivessem posições distintas, eles teriam que seguir a bancada , mas eles estavam articulando pelos novatos, o PV tinha um num grupo e outro noutra, o PSB idem e o PSDB tinha gente em todos os grupos. Então, na verdade os partidos não tiveram peso mesmo!

Então o que pesou muito foi a sinalização do prefeito de uma preferência para a presidente. A nossa chapa foi consensual, é raro é muito difícil ter uma chapa só. Foi uma costura difícil, até o dia da eleição, duas da tarde nós estávamos discutindo, mas enfim....compôs uma chapa de certa forma unitária, teve apenas uma abstenção, mais o questionamento foi do processo, porque alguém tinha oferecido a presidência, falou que ele (Alberto Rodrigues) ia para o grupo tal para ser presidente e ele ficou chateado, se sentiu enganado e se absteve.Mas foi uma chapa construída consensualmente.

4- A senhora falou em ajuntamento de forças. A participação individual nele, tinha importância?

Esse ajuntamento era para criar forças para disputar a estrutura de poder da Casa. Tem comissões que são mais importantes, porque o vereador gostaria de estar porque tem a ver com a atuação dele, então estar bem posicionado na Mesa significava estar também bem posicionado nas comissões, que é também um espaço importante da atuação do vereador. Então juntar forças tinha também esse desdobramento posterior, para além da Mesa.

5- Então é um recurso que substitui a divisão partidária?

Ele substitui a divisão partidária porque infelizmente nosso RI centraliza o poder da Casa no presidente. Muito centralizado. Eu mesma propus instituir uma comissão e deu uma diretriz para a comissão. E falei aproveite que tem uma mulher aqui e talvez mulher tenha menos apego pelo poder, para descentralizar um pouco e criar critérios que possam refletir mais os resultados das urnas na distribuição do poder. Porque diferentemente da Assembléia que já tem um cálculo, que o resultado da urna tem importância na distribuição de poder na Casa, aqui na Câmara não tem. O presidente é que tem o poder. Ele pode até receber sugestões, sugestões! Não nenhum critério que diga que o partido que teve a maior bancada tem a prerrogativa de indicar comissão A ou B ou presidência A ou B. Aqui o poder absolutamente centralizado na presidência para indicação dos membros da comissão que conseqüentemente isso vai favorecer a eleição de A ou B para presidência. Então eu propus que fosse criada essa comissão, que criassem também um critério objetivo que respeitasse a democracia das urnas. Mas enfim até hoje na montagem da estrutura de poder da Casa e das comissões é o presidente que decide. Eu posso por quem eu quiser, em comissão A, B ou C. Mas é

claro que se eu quiser manter a minha autoridade, eu tenho que fazer isso negociando com os membros da Mesa, com o CL, mas é apenas como sugestão. Então esse grupos que se articularam tinha muito a ver com montar grupo por afinidade, para tentar disputar comissões que eles julgavam mais importantes.

6-Como foi esse contato na negociação para que houvesse a alocação dos cargos para a Mesa e para as comissões?

Nós passamos a negociar com os grupos. E o interessante é que juntasse dois grupos dava maioria. Teria que ter tido a exclusão de um grupo. Nós não trabalhamos com essa lógica. Até porque eu virei um consenso pra ser a presidente, todos os grupos aceitaram e ninguém se colocou uma alternativa, acharam uma boa escolha e que tinha condições de representar a Câmara. Então, foram medidas as forças via grupos. É claro que tinham conversas individuais com pessoas de cada grupo, mas cada grupo tinha representantes nas negociações. Eles elegeram representantes e colocaram suas indicações e nós passamos a fazer esse tipo de negociação. Mas até dia 31, às 17 horas do dia anterior, tinha uma reunião do grupo dos novatos, que incluiu até o prefeito que eles chamaram também, que era para respaldar o acordo que estava sendo construído ali. E até essa hora a polêmica era a primeira vice. O grupo dos novatos reivindicava e acabou ficando com o chamado terceiro grupo. E, portanto, o que foi colocado é que eles tivessem a prerrogativa de presidir, comandar a Comissão de Legislação e Justiça que era um contrapeso, a comissão mais importante da Casa. Então você vê que a estrutura de comissão também pesa nessa negociação. Como não tem nenhum critério definido para indicar nomes para comissão, foi possível fazer esse acordo. Num equilíbrio de forças que o grupo de novatos pudesse dirigir a CLJ. Porque se tivesse um critério previamente como resultado das urnas talvez isso não fosse possível.

7- Na CLJ houve uma mudança de rota em relação à negociação...

Teve uma mudança, mas todas as mudanças entre os novatos. Havia um acordo entre os novatos de dividir a comissão, entre Pablito e João Vitor, um ficaria um ano e outro, um ano. A comissão, respeitando o acordo, tinha três novatos numa comissão de cinco. A maioria dos votos. Eu cito isso porque mostra que quando você não tem um alinhamento político... o agrupamento não foi, a eleição de Legislação e Justiça mostrou que eles não tinham uma unidade, um respeito a um acordo que foi feito entre eles. Porque o acordo previa que a presidência da CLJ seria dividida igualmente um período para o Pablito. Mas ao ir para a comissão, dois veteranos que queriam se colocar como candidatos e, num último momento eles derrotaram o acordo atraindo os novatos para romper esse acordo que tinham feito entre eles. Esse é um elemento importante, porque eu sempre acho que essas articulações seriam melhores se tivessem um viés partidário e tivessem também uma lógica política. Você agrupa aqueles partidos que você acha que tem mais a ver com sua política para a cidade, seu caráter ideológico, então você faz esse acoplamento, você tem mais chance de respeitar esses acordos. O simples fato de ser novato não mostrou um bom aliado, porque acabou que aquele acordo dos próprios novatos fizeram e que era fruto da eleição da mesa... porque eles dentro dos novatos tinham micro agrupamentos, e um micro agrupamento partidário indicou a questão do João Vitor.

8- Na sua opinião, a fragilidade desse grupo se expressa pelo fato de que ele não permaneceu?

O grupo não permaneceu, por que no início tinha até um pouco...., mas para a lógica do funcionamento do Parlamento depois que você entra aqui, são todos eleitos para aquela legislatura. Esse não é um ponto de unidade relevante. Porque aí tem cada um seus interesses ou partidários ou agrupamentos que aqui dentro que são outros, O agrupamento de quem é base, de quem não é. Agrupamento de quem tem atuação mais comunitária e outros mais abrangentes e aí isso tudo interfere na lógica de atuação do mandato. Esse é um critério de agrupamento frágil e ele mostrou isso. Depois que começou a legislatura ele se dissolveu naturalmente.

9- Qual é o critério para a distribuição dos cargos em comissões?

Nós não temos critério aqui. O RI fala o seguinte: a presidência indicará os membros tanto quanto possível respeitando as bancadas partidárias. No início da legislatura a gente pede que os líderes encaminhem a preferência das suas bancadas para as comissões. Livre sem nenhum critério. Aí os líderes encaminham por escrito: eu gostaria que vereador tal fosse de tal comissão, vereador tal de tal comissão...A gente faz um levantamento estatístico aqui para saber quantas pessoas foram indicadas para as comissões A ou B ou C. Porque as comissões mais importantes tem sempre muito mais indicados do que vagas. Então não tem nenhum critério, aí o critério é olhar da presidente. Aí sim, fica na mão da presidente, ...eu falei que era centralizado. Obviamente, se a gente tiver sensibilidade, a gente vai tentando fazer a consulta, ver pontos mais polêmicos. É negociação mesmo, negociação sem nenhum critério objetivo. O PT é a maior bancada, segunda maior bancada, PMDB, quatro. Isso não pesa na indicação de comissões. A gente ouve e vai negociando. Eu passei janeiro inteiro...foi o mês mais difícil da minha gestão, por causa da falta de critério objetivo para indicar. Então foi um processo muito penoso. Todos os outros presidentes falam isso, então por isso eu propus que tivesse um critério. A Assembléia tem um critério objetivo...a Câmara federal tem que respeita as bancadas. Agora com essa pulverização, vai ter que caminhar também para a formação de blocos.

9- O prestígio pessoal na hora da negociação altera decisões?

A gente procura tanto quanto adequar o perfil daquele vereador, isso é bom pra ele, mas também é bom pra Casa. Um vereador que tem acumulado a sua área de atuação de meio ambiente e de política urbana, que é comissão importante aqui, obviamente que se ele ficar noutra comissão e colocar um outra pessoa que não tem nenhum interesse por essa área, qual que é, ele é um ausente da comissão, ele não trabalha para dar uma dinâmica da comissão para discutir os problemas mais macros da cidade. Então a gente procura por feeling político adequar, tanto quanto possível fazer primeiro, uma divisão contemplando vários partidos - você não vai colocar um partido só numa mesma comissão- segundo, observar essa afinidade que o vereador já tem com aquele tema, atende a ele a à Casa. Então nós fomos procurando no “xadrez” fazer isso. Por exemplo: o PHS tem dois deputados, todos dois são advogados, todos dois tinham interesse de fixar na CLJ. Eu falei só tem dois, é a comissão mais importante, não tem nenhuma lógica política deixar os dois lá. A comissão tinha doze indicações pra ela. Então você tem que remanejar um pra tentar fazer essa composição. Aí pesou a indicação do líder, que o Sergio Fernando era o líder. Aí eu remanejei o Fred Costa, apesar de ele ter sido presidente no outro mandato. Então esse é um arranjo. Comissão de Meio Ambiente tinha vários indicados, adequando numa segunda opção, no final mesmo é a questão das

presidências, na CLJ que teve reviravolta, no que tinham sido pactuado, nós cumprimos o objetivo de colocar três novatos, mas entre eles não tinha sido amarrado. A Meio Ambiente também foi uma operação difícil, porque tinham quatro pessoas querendo ser presidente.

10- A senhora disse que a bancada não teve nenhuma preferência na indicação dos membros das comissões...

É apenas indicação, porque o poder fica sempre com a presidência.

11- Porque tem as mais cobiçadas....

Tem as mais cobiçadas. Tem sempre algumas CLJ, Meio Ambiente, Política Urbana, Orçamento e Finanças. O que consideram punição: Direitos Humanos e Cidadania o vereador considera está punindo ele lá. O que é uma ação extremamente importante,...embora eu tenha colocado uma vereadora novata, que outro dia me agradeceu. Disse, talvez eu não tivesse atuando tanto se eu tivesse em outra comissão, eu estou olhando a cidade de forma diferenciada.

12- A senhora foi desafiada na sua autoridade?

Fui desafiada. Nessas negociações é difícil porque não tem critério e tenho que decidir. Aí ficou uma tão complexa, porque caberia a mim definir os membros. Quem elege a presidência são os membros das comissões. Mas obviamente dependendo da composição você já tem, claro, quem podia ser o presidente, o alinhamento político ali. E teve vereadores que queriam que eu garantisse a presidência pra ele. Eu me senti muito desafiada.

(Ele disse) ...essa composição não vai me atender, você vai ter que mudar essa composição para eu ser o presidente. E isso aí foi muito conflituoso, porque não cabia eu garantir a presidência a ninguém. Até na CLJ que estava extremamente amarrada, porque entre eles fizeram esse acordo que aparentemente não tinha conflito, no último momento, no dia da eleição houve uma reviravolta, puxada de tapete. Mas houve vários vereadores que queriam que a presidência garantisse que eles seriam presidentes de comissão pelo menos por um período e que eu tinha que fazer esse acordo também. Naquilo nós fomos respeitando os acordos macros, que passaram pela Mesa, nas outras não. As outras eram um certo bom senso. Para garantir alguma igualdade de representação partidária, mas fora a de CLJ não tinha passado pela Mesa.

13- Qual o papel dos líderes nessas negociações das Comissões?

Eu posso dizer que ele é pequeno. Porque os partidos, aqui, têm muita dificuldade de atuar como bancada. O papel do líder, o PT teve alguma importância, porque é um partido que ainda mantém como bancada, mas cada vez mais sem ter aquela visão antiga, hoje é muito pulverizada. Eu posso dizer mais isso. Cada um luta por seu interesse, independentemente de estar em bancada A ou B, ele passa atuar individualmente. Então o líder tem muito pouca influência neste processo de definição das comissões daqui da Casa. Então cada um passa atuar de acordo com seu interesse, o que ele acha importante pra ele. O líder inicialmente encaminha uma lista, distribuindo, mas na negociação a gente vê que cada um passa a atuar por si só.

14- E o Colégio de Líderes?

O Colégio de Líderes é um espaço de ação política. Mas como ele é muito pulverizado e aqui não se colocou limite, você tem líder de um vereador só. Então ele perdeu esse papel. Você entra no colégio de líderes, tem cinco líderes de si mesmo. Então a mediação política, ele perde um pouco. Mas ele é importante na mediação política, quando tem as polêmicas aqui na Casa. Ele é um fórum, não tem decisão. Embora a gente está tentando valorizar na mudança do RI, inclusive tentando colocar funções claras, ajudar na definição de pautas que hoje é toda concentrada na presidência, mas ele é mais como um fórum.

15- A influência do executivo: a senhora atribui a excesso de poder de agenda?

Eu acho de poder de agenda. Na nossa legislação, as atribuições do executivo e do legislativo são muito desiguais. No dia a dia, o legislativo tem muita dificuldade de fazer o contraponto forte com o executivo, a pulverização pesa muito. Quanto mais pulverizado, mais difícil é ficar claro essa independência de poderes. E também o fato de não ter uma oposição organizada pesa também. Nós não temos aqui nos últimos tempos, em plano local, um oposição. No plano local é muito difícil fazer oposição. Eu acho que a oposição sobrevive no plano local, é uma oposição ideológica. Como os partidos foram perdendo esse caráter, nós temos dificuldade de organizar oposição no plano municipal. Veja que doutor Célio de Castro não teve oposição, Pimentel não teve e Márcio iniciou, aqui tem só um vereador que se intitulou oposição. Que é o Iran Barbosa. E está cumprindo esse papel de demarcar campos, mais geral de conceitos de administração pública. Eu acho até que está cumprindo esse papel. Mas veja bem. É um vereador em 40. Não é o partido dele. Que na lógica, pelas urnas, deveria ser oposição, porque foi quem se bateu em segundo turno. E que tem uma bancada, para a Câmara grande, 4 vereadores. Mas mesmo assim a bancada não se intitulou oposição, a maioria quer ser governista. Então é uma dificuldade, eu conheço outras cidades, a dificuldade de ter oposição no plano local, como tem na Assembléia, no plano federal, que faz um contraponto importante dessa autonomia. E nós não temos aqui. De 10 anos pra cá que eu acompanho muito de perto, nós não tivemos oposição instituída, que se colocasse como tal. Porque é legítimo, porque eleição define campos também.

16- A senhora relacionaria isso a enfraquecimento partidário generalizado na capital?

Eu acho que é enfraquecimento, mas mais que isso é a perda de referência político-ideológica dos partidos. Todo mundo converge para o mesmo lugar e tem essa dificuldade de diferenciação dos partidos também.

Transcrição de entrevista com o vereador e vice-presidente da comissão de Meio Ambiente Leonardo Mattos – PV 09/09/2009

1- Como se deram as negociações para a ocupação da Mesa Diretora nesta Legislatura?

Já havia dois grupos estabelecidos na Casa e ocorreu um fato *sui generis* nessas eleições porque um número substantivo de vereadores veio a ganhar as eleições formando aqui

um terceiro grupo, denominado grupo dos novatos. Era composto por 17 vereadores que participaram dessas negociações. Cada um dos grupos tinha representante, exceto o grupo dos novatos, que conversou muito com esses grupos já estabelecidos e já no final do mês de dezembro, aproximando as eleições para a Mesa da Casa, esse grupo de novatos ameaçou apresentar um nome pra a presidência. E como eles a grande maioria, eles poderiam vencer a eleição pra presidência e os outros dois grupos se mantivessem desunidos. Esses dois grupos ameaçaram se unir novamente contra os novatos, houve um recuo dos novatos e a necessidade de uma certa intervenção pacificadora do prefeito e essa pacificação se deu com o nome da vereadora Luzia, que acabou sendo um nome de consenso para os 3 grupos que estavam estabelecidos.

2- Por que ela seria pacificadora?

Por que ela tinha uma boa relação, uma boa trajetória na Câmara, apresentou bons projetos, foi uma boa vereadora, teve boa atuação nas Comissões, que ela participou de Meio Ambiente, enfim ela de alguma maneira se apresentou de forma coerente para os seus colegas.

3- Essa bancada dos novatos, ela permaneceu ou foi só naquele momento criada para a distribuição de poder?

Como nós já imaginávamos, teve uma vida curta. Apesar de que ainda subsiste algum foco dela, mas ela foi totalmente absorvida pelo trabalho da Câmara, pelas atividades diárias, e hoje eu quero te dizer que não existe um grupo ou mais de um grupo aqui na Casa. Nós estamos sem essa configuração. Não estamos tendo nenhuma liderança despontando, capaz de agregar seus pares, pra uma ação mais ativa, mais positiva do Parlamento belorizontino.

4- Qual o peso dos partidos nessas negociações?

Eu dividiria em três: o trabalho dos partidos, dos vereadores e de grupos de vereadores. O trabalho dos partidos foi mais influente na composição do secretariado, do primeiro e segundo escalão da prefeitura, o trabalho de vereadores individualmente foi muito influenciou muito nas escolhas do terceiro escalão da Câmara e ouvindo um grupo e outro aqui na Casa a prefeitura também indicou alguns membros, sobretudo, de segundo escalão, parece que foi assim que se deu a composição da prefeitura, ouvindo os três segmentos da política belorizontina partidária, a individual de cada vereador e a coletiva das bancadas.

5- Para a constituição da Mesa, os partidos pesam? Que importância que eles tem?

Apesar de nosso RI tratar desse tema de uma forma bastante clara, buscando um privilégio maior aos partidos que têm bancadas numericamente maiores, isso não se deu aqui. Tanto é que o PPS elegeu apenas dois vereadores, ficou com a presidência, o PMN tem um ou dos vereadores ficou com a primeira vice-presidência e o PT que tem 6 vereadores ficou com a segunda vice-presidência. E o grupo dos novatos ficou com dois assentos na Mesa, uma na Corregedoria, que não é assento da Mesa, mas é escolha da Mesa, e um membro na secretaria da Mesa Diretora. Mostrando que os partidos políticos não tiveram muita influência e sim os grupos já estabelecidos aqui, os dois

grupos dos antigos e o grupo dos novatos. É mais fácil nós visualizarmos dessa maneira, do que pela cor partidária.

6- Qual é a composição dos grupos mais antigos?

24 vereadores, 12 de cada e o Grupo dos Novatos que em tese teria 17 vereadores. E estou me colocando fora, porque eu fazia parte do grupo encabeçado pela Luzia. Naquele época ela não encabeçava o grupo mas era o que ela era membro.

7- Esse dois grupos, que características elas têm que os torna grupo?

Tem uma certa influência partidária, por que num dos grupos todos os membros do PT estavam, o PPS estava, o PV, tinha a mim num grupo, mas o vereador Alberto ainda não estava definido, eu não sei se tivesse duas candidaturas o PV votaria fechado numa delas. Muito provavelmente nós votaríamos cada em um candidato. O aspecto partidário funcionou de uma certa maneira e o aspecto também de valores pessoais, até porque os vereadores que não tem um partido forte para sustentar o seu mandato, eles precisam se unir para garantir algum benefício por parte da Prefeitura, e a estratégia que eles usam é essa união de vereadores para se protegerem. Geralmente esses vereadores compõem os partidos de menor relevância no cenário político do município.

8- Qual o grau de participação ou interferência do município na ocupação dos cargos?

É bastante razoável, principalmente no tocante as presidências, o executivo influencia decisivamente na composição da presidência da Mesa Diretora da Câmara e influencia Parcialmente na composição das Comissões. Eu acredito que o aspecto numérico partidário tem uma influencia maior na definição da direção dessas Comissões do que o poder Executivo.

9- Todo vereador tem direito de integrar uma Comissão, mas algumas são mais disputadas do que outras. Qual o critério adotado, como se deu?

Esse é um ponto de difícil encaminhamento na Câmara. Nós estamos até fazendo uma proposta de alteração do RI. Existe uma pressão por parte da presidente. O presidente é que define qual vereador vai para que Comissão e geralmente define essa composição já articulado com o voto desse vereador para a presidência a vice-presidência dessa comissão.

10- É uma troca?

É. Isso nem sempre se dá de uma forma segura. Nós vimos aqui várias mudanças, o vereador vai para uma comissão com o compromisso de votar em algum indicado da presidente e acaba não votando. Pablito aconteceu isso, a própria Comissão de Meio Ambiente aconteceu isso, por que a Neuza tinha a expectativa de ficar dois anos na presidência e vai ficar apenas um ano. O segundo ano vai ficar com a Elaine Matozinhos. Enfim, isso não é uma situação clara, cristalina segura por parte dos vereadores. Eles têm um compromisso relativo com a composição...

11- Sobre a decisão das escolhas dos cargos nas Comissões “passar” pela Presidência. Pelo RI, a prerrogativa é dos líderes partidários...

A prerrogativa é de líder, mas nós estamos assegurando que essa prerrogativa tenha mais resolutividade na composição, quando estamos revendo nosso regimento.

12- Mas até agora a liderança não importava?

Tem uma importância relativa. O Colégio de Líderes funciona pouco, ele tem poder muito mais de consulta do que de deliberação.

13- O que eu entendi que a definição dos cargos passa muito mais pela presidência da Mesa, do que pelos líderes partidários...?

Passa pela Mesa ouvindo líderes partidários. Ela costuma ouvir, mas muitas vezes tem muito líder partidário indicando vereador excessivamente para uma Comissão só. Então essa divisão fica mais a critério do presidente. O líder indica mas, por exemplo, existe uma indicação excessiva para as comissões mais importante, teoricamente, aí essa escolha final tem que se dar através do presidente ainda em negociação com os líderes.

14- Como é esse embate. São três as comissões mais importantes: CLJ, Administração, meio ambiente? O critério de antiguidade pesou.

De certa maneira pesa, mas muito mais pela relação pessoal que esses vereadores mais antigos têm com seus colegas. Então é mais fácil um vereador antigo procurar a presidente da Câmara que também é antiga na Casa e assegurar ali uma função mais destacada na Comissão.

15- Qual a importância das bancadas na indicação dos membros das Comissões?

Tem um peso, claro, o próprio RI trata disso. Mas esse peso é relativo. A composição dos grupos talvez influencie mais do que as bancadas.

16- Mesmo considerando o peso das bancadas. PT, 6, PMDB, 4. O quanto isso faz diferença?

Olha é muito pequena a diferença. Porque num ambiente em que a maioria dos vereadores é composta de vereadores de partidos menores, a união desses partidos sobrepõe uma bancada de um partido com um número maior de vereadores. O valor numérico continua resistindo mas ele não tem cor partidária, ele tem muito mais a questão da composição de grupos aqui na Câmara.

17- Essa informalidade, isso o senhor relaciona com a pulverização?

Não, é muito mais com o número muito grande de renovação. Porque dois grupos sempre ocorreram na Casa. O grupo de governo e o grupo que negocia os projetos para subsistirem. Então esse ano é que teve esse quadro novo, e que a maioria dos vereadores eleitos pela primeira vez ocorreu nos partidos menores. Então os partidos menores que não tem uma influência grande junto à Prefeitura e junto à Casa. Eles se unem, seus membros se unem, existe um somatório de membros de partidos para ganhar um pouco mais de força nas decisões da Câmara e dos projetos de lei.

18- De qualquer maneira existe uma relação com a pulverização partidária, porque esses partidos menores eles são significativos nessa pulverização...?

Isso, na contabilidade final eles são fundamentais. São mais importantes que os partidos maiores e a gente começa até agora identificar uma certa divisão nos grandes partidos, eles não têm essa coesão, essa identidade absoluta. A gente percebe que vereadores nos grandes partidos não estão tão próximos uns dos outros. A política em Belo Horizonte está muito mudada. Ela tem mais essa configuração de centro, direita, esquerda. Ela está muito embaralhada.

19- O senhor acha que os partidos maiores que hoje no quadro nacional são grandes perderam força em Belo Horizonte. Isso tem a ver com o que o senhor está falando?

Aqui na Câmara sim, seguramente não tem a força que tem na Câmara Federal, porque lá ao número é muito maior do que aqui. Porque aqui a união dos pequenos partidos é muito mais resolutiva, muito mais segura, porque é a sobrevivência dos vereadores. Então ela se manifesta com muito mais clareza e com muito mais resolutividade do que nos grandes partidos. Até porque os grandes partidos, muitas vezes são a maioria e os pequenos partidos se unem para atender seus interesses.

Transcrição de entrevista com o vereador e secretário-geral da Mesa Diretora Anselmo Domingos – PTC 16/09/2009

1- Como se deram as negociações para a Mesa Diretora da Casa?

Nós tivemos primeiro um prefeito que foi eleito e sempre o executivo influencia muito aqui na Câmara. O que eu observei é uma divisão que já existia internamente na Câmara do PT com alguns partidos que sempre trabalharam juntos com um outro grupo, que eu participava mais desse outro grupo, polarizou esses dois grupos e, os novatos que estavam chegando criaram também um grupo. Então na realidade o início das discussões, das conversas foram feitas em cima disso. Os novatos começaram a se reunir ganhar uma solidez de interesses, o grupo que nós tínhamos foi se consolidando e o grupo ligado ao PT, PPS, PSB também ficou junto. Então foram feitas as conversas em torno desses três grupos, um tentando buscar um dos outros dois, tentando puxar os novatos para o seu lado. Isso foi feito durante os meses de outubro, novembro, dezembro. (Eles) foram se reunindo tentando articular, tirar um vereador daqui, dali, para conseguir alcançar uma maioria para fazer a presidência. Mas isso não foi possível porque foi cristalizando, os grupos acabaram se compondo naquele limite que cada um tinha, um tinha 15, outro 18, outro nessa faixa também. Tinham várias candidaturas em todos os grupos. Mas nenhuma que fosse natural, que tivesse sido construído no último ano, por exemplo. Havia uma resistência que o presidente fosse um novato, pela falta de experiência, quase todos tinham alguma resistência, ou algum desgaste. Até que num certo momento foi sugerido o nome da vereadora Luzia. Ela estava no grupo mais ligado ao PT, mas não tinha nenhuma dificuldade com o nosso grupo, nem com os novatos, houve um interesse do executivo, porque ela também era da base do Márcio Lacerda, então acabou sendo construído dessa forma. E a composição dos partidos, mais a composição desses três grupos compôs o restante da Mesa. A partir de um certo momento do mês de dezembro passou-se a discutir como seriam essas composições.

Que partido ou grupo ocuparia uma posição na secretaria geral. Eu sou o secretário, a primeira vice-presidência também ficou com nosso grupo. Os novatos ocuparam dois membros da Mesa, mais a corregedoria também. O PT ficou com um cargo na Mesa também. Então acabou sendo distribuído entre grupos e partidos, houve uma mistura entre grupos e partidos.

2- Qual o peso dos partidos e do prestígio individual dos envolvidos nesse processo?

Os partidos mais bem estruturados tiveram peso muito importante. O PT, o PMDB que estavam com a bancada unida, eles faziam diferença porque onde iam tinham maior número de vereadores, sem movimentam...PPS, o peso do partido mais se era da base do governo eu entendo que foi decisivo para sair o nome da Luzia Ferreira. Porque o PPS foi para o sacrifício na eleição, ele não pode compor a coligação. Embora estivesse com Márcio Lacerda, foi um partido que foi para o sacrifício no momento eleitoral. Aqui a Câmara, toda Casa legislativa tem aqueles que ter mais trânsito, mais influência com outros, todos usaram muito suas influências, lideranças que são mais lideranças dos grupos. Os novatos tentaram tirar isso de que havia lideranças lá dentro tentando equilibrar tudo, mas houve lideranças lá que conversaram, que ajudaram a compor essa formatação que acabou formando no final.

3- Qual o grau de participação e interferência do executivo nesse processo?

Eu acho que foi uma participação importante. Ajudou a chegar num nome, que acabou sendo um nome positivo para um consenso. Se tivesse sido uma imposição, talvez tivesse havido uma rejeição imediata, ou talvez se fosse um nome que não tivesse uma boa aceitação também poderia trazer um efeito reverso. Foi um nome leve, que teve aceitação da prefeitura e governo do estado, por que tinha bom trânsito no governo. Mas não houve interferência, um pedido, não houve uma imposição. Foi mostrado as qualidades do nome, foi afunilando, então teve participação do executivo sem aquela imposição que já teve em outra eleição. Na primeira eleição que eu participei aqui foi imposto o nome do Silvinho Resende. Naquele momento pelo prefeito, que queria de qualquer maneira. Houve uma disputa acirradíssima. Nosso grupo perdeu por 21 a 19, com voto do PT, do Carlão, com uma abstenção naquele dia..Então houve acirramento porque houve imposição. A diferença é que houve (agora) diálogo para se chegar num nome.

4- E composição das comissões. Algumas são mais cobiçadas. Qual o critério para distribuição dos cargos.

Na realidade eu contesto um pouco que uma é mais importante que a outra. Depende do tipo de trabalho que o vereador deseja desenvolver. Dizem que LJ é a mais importante. Mas é o trabalho mais introspectivo. Se o vereador quer discutir questões da comunidade, talvez a de direitos humanos, a de educação, meio ambiente tenha um peso maior. Aquele que quer se interessar mais pela prefeitura, a Administração, a de Orçamento e Finanças são melhores, depende do perfil do vereador, do que ele quer do mandato dele ou estrategicamente o que o partido quer daquele vereador.

5- Do ponto de vista de deter poder, não há comissões que propiciem mais isso?

Sim, se o que o vereador quer trabalhar é essa disputa de poder em relação a conteúdo de projeto. Na realidade depende do que o vereador ou partido quer. Porque também você ter um excesso de trabalho do jeito que LJ tem, 700 projetos para fazer parecer, com apenas cinco membros acaba que o desgaste ali....., que a grande maioria não dá para a pessoa ficar segurando projeto, antecipando projeto, eu entendo diferente.

6- O critério para ocupação das Comissões....

Não existe um critério para distribuir as Comissões. Então foi dentro de um acordo também da eleição da Mesa. De quais grupos teria as presidências das Comissões... A presidência da Mesa, aqui na Câmara é que escolhe as presidências das Comissões, não são escolhidas pelos partidos, nem pelo vereadores. O partido pode pedir que aquele vereador componha aquela comissão, mas isso não tem que acontecer obrigatoriamente porque o presidente é que tem a prerrogativa. Então o presidente às vezes tem que montar a comissão para atingir aquele objetivo que foi o acordo feito lá atrás. E às vezes dá certo, às vezes não. Porque às vezes o que o presidente esperava daquela comissão, ela não escolhe o presidente que foi acordado lá atrás. E nesse ano teve algumas situações que ficaram diferentes do acordo. No caso da LJ ela acabou elegendo um outro diferente do acertado no acordo.

7- Os partidos pesam no Congresso e na Assembléia. Como o senhor vê isso aqui na Câmara?

Eu não vejo a Câmara, como nunca vi, desde 83 e acompanho a Casa, nunca vi a questão partidária... Talvez naquele mandato de 83 e 88 por que existiam poucos partidos (PMDB, PDS E PT) , ainda tinham essa formatação partidária. Daí pra frente eu vi que isso acabou, a força partidária acabou. E hoje eu vejo que é porque diversificou demais. Hoje nós temos 18 ou 19 compondo a Câmara. Então, ele dilui quase que como se fosse o próprio vereador. O próprio PT que já teve muito mais força de união partidária, não tem a mesma força. O próprio PMDB que começou assim também não tem a mesma unicidade. Então eu vejo que aqui o que tem valor é uma pessoa ou um grupo ou individualmente os que têm liderança e influência.

E isso valeu para esse processo. Você vê que aqui, por exemplo, tem bancada de dois e um não acompanha o outro. O valor aqui é muito mais do vereador do que da força partidária. Pelo número grande de partidos que a Casa tem e pela essência do trabalho do vereador. Diferente do deputado que representa grandes regiões, grandes grupos, o número de deputados é muito menor pela proporção da população. O vereador é aquele que está no dia a dia da população, ele tem um trabalho mais individualizado, porque ele representa diretamente o eleitor.

8- O senhor acha que por isso o personalismo é maior?

Eu acho. O voto do vereador é muito direto do eleitor. É difícil ter o voto partidário, a gente às vezes tem o vereador de bairro, é difícil ter o vereador de um grupo político, às vezes tem um assim como o nome de Elias Murad, mas é raro. Eleição de vereador é de casa em casa, na rua, na outra rua..

9- Isso vale para a disputa das comissões e da Mesa?

Sim porque tudo é disputa política. O cara quer ir para aquela comissão, porque ele entende que vai desenvolver melhor o trabalho dele, ele quer aquele espaço então ele faz essa disputa.

10- As maiores bancadas têm preferência nessas escolhas?

Não, a maior bancada que é do PT insiste nisso e às vezes até consegue por uma deferência, por grande e organizada, mas não porque ela tem que impor. Eu me lembro de uma eleição que o PT tentou impor e ficou totalmente fora da Mesa.

11- Líderes e Colégio de Líderes?

Eu acho que CL é só orientador, ele não tem uma força deliberativa, nem de conduzir o processo. Eu acho que é só pacificador, orientador, para encaminhar, ele serve muito nessa linha. Não tem poder de decisão. É um fórum. Agora o líder tem tempo e consegue fazer ações legislativas, ações de plenário, tem algumas prerrogativas e tem condições regimentais para se impor. Para indicações das Comissões, a preferência acaba sendo dele. Vale se o presidente quiser considerar, senão desconsidera. Mas aí o presidente pode comprar uma briga. O presidente não é obrigado, mas na praxe ele indica, porque ele evita problemas. Aí ele faz um acerto, buscando outra solução na conversa.

Transcrição de entrevista com o vereador e presidente da comissão de Educação e líder da bancada do PT Arnaldo Godoy 15/09/2009

1- Como se deram as negociações para a composição da Mesa Diretora?

No final do ano, nós começamos a fazer várias reuniões, pessoas de vários partidos para definir o perfil da presidência, composição. Houve uma influência muito forte do executivo junto com o governo estadual na escolha da presidente, da Luzia, os novatos, os eleitos pela primeira vez,... estabelecemos lá um percentual, que não me lembro mais ..acho que é 20%, e os outros partidos, PMDB, PT, PTC dividiu-se os cargos. Aí eu líder do PT disse que o partido só ia compor, ...a gente ia disputar a presidência..Aí dentro da Casa há uma resistência muito grande ao PT, esses anos todos o PT nunca ocupou a presidência da Mesa, já foi vice mas nunca presidente. Tudo que o PT faz aqui....vide esse último projeto da transparência da Câmara. Os vereadores vetaram por ser da lavra do PT. Então aí, a gente iria se fosse na primeira vice. O outro grupo do Preto, do Wellington, do Anselmo, de vários partidos (pediu) ..de vários partidos. A Luzia chamou a bancada e disse que era imprescindível a presença do PT. Eu mantive minha posição, que nós estávamos fora não fosse a primeira-vice. Aí consultando os membros da bancada, eles disseram vamos colaborar com a governança da Casa, facilitar para o executivo e a bancada achou que devia ser a segunda vice. Minha posição foi contra.

2- Qual o peso dos partidos para a escolha da Mesa?

O poder quem tem mesmo é o presidente. E o secretário geral, que tem um trabalho burocrático. O resto é rainha da Inglaterra. Agora estamos fazendo uma proposta de mudança no RI que atribui alguma tarefa para o restante da Mesa.

3- E nessa escolha da Mesa e das Comissões que peso tem os partidos?

Na Câmara nós somos 41 vereadores, são 19 partidos, você acha algum tem peso? O único partido que tem aqui é o PT, o PMDB que tem quatro e o PSDB que tem três. Tem vários partidos que o cara é líder de si mesmo

4- Isso é prerrogativa regimental...

Nós estamos querendo mudar. Nós tentamos mudar há uns dois três anos dizendo que para ter líder tem que ter bancada de no mínimo três ou se constitua um bloco com cinco, vários partidos e um líder desse bloco. Foi uma resistência danada aqui na Câmara.

5- Nós podemos falar em fragilidade partidária dentro da Casa?

Podemos falar em fragilidade dentro da Casa e do país. O TSE autorizou o funcionamento desses partidos de aluguel que não tem representatividade. Então isso se reflete aqui dentro da Casa com muita força, São 41 vereadores, no Congresso isso dilui um pouco mais. Os partidos têm mais força, mas mesmo assim a diluição desses pequenos partidos atrapalha muito, é o chamado baixo claro. Então aqui isso é palpável. O PFL só tem um vereador. Ele que é líder de si mesmo.

O líder de partido tinha prerrogativas, recebia um pouco a mais para ter assessoria a mais, nós conseguimos cortar. Os líderes hoje não recebem nada mais do que os demais vereadores. Foi muito bom. E o líder tem prerrogativa de pedir artigo de liderança. Um substitutivo que se faça tem que ter assinatura de todos os líderes, isso pesa, isso vale a assinatura do cara,...para poder negociar, quanto vale é o que se leva nisso?

6- Mas nesse papel, quando o líder age assim, ele está agindo em nome de um partido ou de si mesmo?

De si mesmo,.... não tem partido, a grande maioria aqui não tem articulação.

7- Ele usa a prerrogativa para reforçar o interesse pessoal?

Pessoal, é. Aí é um jogo...Esse projeto da Transparência, projeto do PT, foi um acerto que fizemos no final do ano passado que esse projeto seria da bancada do PT. Na hora de aprovar em primeiro turno, todo mundo aprovou, em segundo 17 não compareceram, e os que vieram derrotaram o projeto porque é do PT. O PT incomoda os partidos, e o PT hoje aqui na Câmara está muito fragilizado e o PT sofreu um desgaste com a aliança eleitoral que fez no ano passado.

8- Essa pulverização partidária influencia na relação com o executivo, nesse poder que ele exerce aqui?

No país o executivo tem muita influência sobre o legislativo. Não só em BH é uma doença que atinge essa relação. A independência do Legislativo é relativa. Aqui na

Câmara, a base do governo do Pimentel também é uma base que vai se constituindo eventualmente, pontualmente, depende muito dos benefícios alcançados por esse ou aquele vereador para votar nesse e naquele projeto. O atual executivo teria uma base forte aqui, mas...vem agora o primeiro projeto do executivo que tem peso, isso nós vamos ver como essa base fluída vai agir...Então por exemplo: outdoor. Teve uma conferência municipal de cultura, participaram segmentos da cidade, empresários, IAB, movimentos populares, técnicos, essa conferência apontou uma série de diretrizes. Uma das coisas é reduzir o número de outdoors. Isso vai dar problema. Porque o líder do PFL por exemplo mexe com isso.

9- Quando você fala em base fluída, o quer dizer o quê?

Eu estou me referindo a essa base que teoricamente o executivo tem, mas agora que esse projetos vão interferir ou ter alguma influência, uma perturbação no poder econômico da cidade, a lei de uso de ocupação do solo, o aumento do IPTU...essa base vamos ver como vai se comportar...Eu acho que vai ser alterado demais o projeto do governo.

10- Como você definiria o peso do prestígio individual dentro da Casa?

Eu acho que isso é outra doença. A Câmara ainda funciona assim: ah eu vou votar no projeto do vereador X porque quando vier o meu, ele vota no meu. A gente não discute conteúdo, a importância do projeto, vota-se porque é do fulano ou porque é meu amigo ou se eu não votar no projeto dele, ele derruba o meu projeto.

11- Mas isso em nível partidário acontece também ...

Isso é uma doença, entre os partidos é pior. Mas isso ocorre aqui individualmente...

12- Voltando à ocupação dos cargos, no início dessa Legislatura, houve o fenômeno da formação da bancada de novatos. Que peso eles tiveram nesse processo?

Houve uma ilusão de que eles se mantivessem unidos. Eram 16, no primeiro mês, no segundo se mantiveram, mas nós também achamos que eles tinham que ter representação na Mesa...foi uma reivindicação desse grupo,mas...tanto é que eles tem dois cargos na Mesa- corregedor e segundo secretário-geral. Presidente, secretário-geral e primeiro vice são os importantes. O primeiro vice é importante porque se o presidente faltar ele assume. Bom, mas passou um tempinho diluiu, não existe grupo dos novatos, mas naquele momento eles reivindicaram participação nas Comissões, mas seria inevitável a participação deles. Vou te falar as Comissões para você ver que cargos eles ocuparam; a de Educação, eu sou o presidente, a de Desenvolvimento Urbano, é o Preto, de Política Urbana, Neuza Santos, Orçamento Altair Gomes, Saúde, Fred Costa, Administração, Luiz Thibé, Então das oito só um novato. Qual foi a força que eles tiveram. Direitos Humanos é Lúcia Scarpelli .

13- Conseguiram alguma coisa, mas foi relativo.....

Isso.

14- Qual o critério que foi o da distribuição de cargos, considerando que algumas comissões são mais importantes que outras?

Eu como líder do PT eu disse que para a presidente, que o PT, que é base de sustentação da Luzia, quer a Comissão de Política Urbana, de Educação e quer participar da Comissão de orçamento. O rodízio na Comissão de Orçamento. O Altair é o presidente, o próximo é um do PT, o Adriano.

14- Então você exerceu sua função de líder, isso é previsto regimentalmente.

Isso é negociação política. A força que o PT tem.

15- No seu caso passa pela liderança partidária?
É.

16- E os outros partidos?

Tudo é negociação com a presidente. O RI que a gente está propondo agora é que o Colégio de líderes junto com a presidente é que vai estabelecer a composição das Comissões.

16- Quanto vale hoje o CL?

Hoje, vale quase nada. É só no acerto político, para por votação projeto, é um instrumento pouco usado.

17- Qual o papel que ele tem hoje?

Hoje por exemplo fizemos reunião CL para a Mesa dizer que vai fazer o Portal da Transparência, reunimos todos os líderes, a Mesa apresentou a proposta dela. Mas como não existe liderança, não existe partidos, o Preto é líder de si mesmo, o líder do PSDB não domina a bancada dele, do PMDB não domina a bancada dele, aí é cada um por si. O problema central é a pulverização partidária.

18- Retomando a distribuição de cargos...Passou pela negociação pessoal? Em que termos?

Na CLJ, os novos vereadores fizeram um acordo para a presidência da CLJ, houve uma articulação dos velhos e puseram outro cara, era para ser o Pablito, ele foi derrotado e está lá a o Sérgio Fernando. Por que é informal, não tem partido, quiseram derrotar a presidente, o Aécio Neves, porque o Pablito é o cara do Aécio Neves aqui dentro da Câmara.

No (caso da) minha Comissão de Educação, eu falei, Luzia, o PT já abriu mão de tudo aqui na Câmara, então eu quero a Comissão de Educação. Agora, o Ronaldo Gontijo, vereador antigo, ficou completamente fora, não ocupando nenhuma presidência. Eu, por compreensão política, dividi a presidência. Eu fiquei esse ano e ele ano que vem. Porque é um vereador que eu respeito, que tem conteúdo, tem história.

19- Você diria que há três bancadas informais na Casa: duas antigas(uma alinhada com o executivo, outra não alinhada) e uma de novatos?

A coisa não é clara assim não. Na votação de ontem, eu defendi a derrubada do veto e a Luzia

20 –As maiores bancadas tem preferência na indicação dos membros?

Deveria ter a proporcionalidade, mas não tem. Não tem nada no regimento que estabeleça essa proporcionalidade. Se a gente não conseguir o número de líderes, vai permanecer o interesse pessoal.

Respostas por escrito do vereador e membro da comissão de Administração Pública Henrique Braga- PSDB

1 – Como se deram as negociações para a composição da Mesa?

A composição da mesa diretora da Câmara Municipal de Belo Horizonte, como nas demais câmaras do Brasil, nas assembleias legislativas e no congresso nacional, é formatada em atendimento aos interesses do Poder Executivo. Em Belo Horizonte não fugiu à regra, aquele ou aqueles mais afinados com o Executivo é que levaram. O número de componentes de bancada é levado em consideração na composição da mesa diretora, mas não é o preponderante.

A princípio houve resistência do grupo de novatos. Uniram para obtenção de melhor representatividade. Apesar de serem 17 membros, ou seja, 43% da casa, simplesmente conseguiram 1 vaga na mesa, isso demonstra que o tempo de casa conta muito. A experiência, os bastidores, é que conta mais, além da unção do Executivo.

2- Qual o peso do prestígio individual nessa definição?

O prestígio pessoal e a capacidade de articulação são fundamentais na formatação da mesa. É o caso PPS. Primeiro alinhou ao Prefeito eleito desde o primeiro momento da campanha. Em segundo não é tradição da casa ser presidida pelo mesmo partido do executivo, ou seja, PSB e PT fora. E em terceiro lugar apresentou ao legislativo a alternativa da mulher para representar. Num mundo globalizado a mulher vem ocupando mais espaço, e, é vista com o olhar da sensibilidade.

4 – Qual o peso dos partidos?

Significa muito pouco, no caso em espécie é só fazer as contas, da presidência ao 2º secretário: PPS – 2 membros; PMN – 3 membros; PT – 6 membros; PTC – 2 membros; PMDB – 4 membros; PDT – 2 membros. Como se vê a bancada do PSDB composta de 3 membros ficou de fora.

5 – Qual o grau de interferência ou participação do Executivo?

Como já assinali a interferência do Poder Executivo é latente, primeiro por questões legais, o Executivo tem prerrogativas legislativas. Faz o orçamento, tem preferência de

votação em suas matérias, etc. Assim é fácil de entender o processo – quem escolhe as matérias que serão votadas, quem prioriza a pauta, quem indica as comissões é o presidente do legislativo, seja aqui ou nas assembleias ou no congresso nacional, então, o executivo tem interesse na indicação do presidente. Além do mais o executivo é quem detém a verba, ao poder legislativo resta-lhe o verbo.

6 – E a composição das comissões? Pelo regimento todo vereador tem direito a integrar uma comissão. Mas algumas são mais importantes e disputadas que outras. Qual o critério para a distribuição dos cargos?

As comissões são ocupadas também de conformidade com os interesses do executivo, apesar de o Regimento Interno determinar o seu preenchimento com a composição numérica de bancada. É simples, a comissão de política urbana é a comissão mais importante da casa, apesar de ser uma comissão de mérito, pois é ela que determina a vida e o cotidiano das pessoas. Em segundo plano está a comissão de legislação e justiça, orçamento/finanças e administração pública, que são comissões técnicas, ou seja, não podem falar mais do que aquilo que está previsto na lei.

7 – Como são as negociações?

As comissões mais importantes são ocupadas por aliados, especialmente, do executivo.

8 – As lideranças têm alguma preferência nas indicações?

Na câmara têm importância em alguns quesitos, quando requisitados nas emendas de liderança ou na dispensa do prazo de redação final. Aqui não funciona como no congresso nacional, talvez pelo número de vereadores. Lá são 513 deputados, aqui 41 vereadores.

Transcrição de entrevista com o vereador e membro da comissão de Administração Pública Iran Barbosa – PMDB 22/09/2009

1- Como se deram as negociações para ocupação da Mesa nessa legislatura?

Eu acho que esse ano foi um pouco diferente dos demais pelo que eu cheguei a conversar com os vereadores mais antigos aqui da Casa. Nesse ano foram eleitos 17 vereadores que não participaram da Legislatura passada. Em princípio esses vereadores decidiram se unir para fazer um bloco. A única exceção foi o Leonardo Matos, que por já ter sido vereador já tinha mais afinidade com outros grupos, mas esse grupo fechou um grupo de 16 votos, que se tornou 17 com a vinda do Hugo Thomé que já era vereador. Nesse sentido formou-se um outro bloco, que era o bloco dos veteranos, que era formado de pequenos partidos, mais neutros e o outro bloco que era governista, composto pelo PSB, pelo PPS e PT. Eu acho que depois que esses grupos foram formados ficou mais fácil os entendimentos da Casa, motivo pelo qual a presidente saiu como unanimidade. Porque uma vez que tem três grupos bem definidos, consegue-se delimitar uma quantidade de espaço político para cada um. Porque afinal todo mundo precisa de espaço para trabalhar. Seja aquele vereador que é médico e quer participar da Comissão de Saúde, seja aquele que é advogado que quer participar da Comissão de

Constituição e Justiça da Casa. O que ele acha que vai dar mais votos que ele precisa na próxima eleição.

2- Como foi o processo de negociação?

Na política, a negociação acontece com duas coisas. A primeira é um processo de afinidade, ninguém consegue conversar com quem não gosta. Então, chama todo mundo pra conversar e o segundo processo é mais pragmático. Olha se a gente sentar aqui, o que a gente pode esperar pra caminhar junto. Dentro desse sentido as negociações aqui foram muito feitas com base nisso. Dos 17 novatos que entraram, 12 tinham base técnica, de gestão, de aplicação de gestão administrativa. Por isso, a gente achava que devia ficar com a Legislação e Justiça e Administração Pública. Já os veteranos tem um predileção pela Comissão de Transporte e Meio Ambiente, que são as duas que mais geram polêmica e onde quase 90% dos projetos polêmicos passam na Casa. E aí a ala mais de esquerda gosta mais de Saúde, Educação e Direitos Humanos, que são as áreas mais movimentadas, que são as áreas onde vem as pessoas. Então uma vez que já tinha isso definido pelos próprios grupos, não ficou muito difícil juntar as peças não...

3- Mas não existem as Comissões que tem mais prestígio na Casa? Não existiu então uma disputa de poder maior em torno delas?

Não, como eu falei, tanto Meio Ambiente, Legislação e Justiça e Administração. São Comissões disputadas “à tapa”, porque se você for de oposição, passa um projeto pela Administração Pública você pode segurar ele lá por 60 dias, você deixa o prefeito literalmente desesperado. Então tem muita gente que usa isso como forma de conseguir aprovar projetos na Casa, para conseguir levar aquele posto de Saúde para o bairro. Então tem muita gente que gosta de disputar esse tipo de comissão por ter esse tipo de poder dentro, mas fora da Casa. A Comissão de Legislação e Justiça dá poder dentro da Casa, porque o presidente da comissão só bota para ser votado o projeto que ele acha que é o que tem que ser votado pela comissão. Então você pode apresentar um projeto e em 4 anos ele não ser colocado em pauta para discussão.

4- Qual foi o peso dos partidos dentro da Casa tanto para a escolha da presidente da Mesa quanto para as presidências e cargos da Comissões?

Sinceramente, nessa eleição os partidos políticos não pesaram. O que pesou foi muito base e oposição. O Márcio Lacerda tinha uma base muito ampla, 36 vereadores conseguiram se eleger. Nesse sentido o PT queria a presidência da Casa, o que acabou não ficando, ficou com o PPS, um partido de dois vereadores. Isso mostra que o partido em si não teve grande influência. Por outro, o PHS que também tem dois vereadores fez dois presidentes de Comissão, que é a CLJ, que é o Sérgio Fernando e da Saúde, que é o Fred Costa. E por outro lado o PT que tem 6 vereadores fez a Educação e Meio Ambiente. O que mostra que tem uma certa discrepância com esse tipo de coisa. O PTB que tem dois vereadores, só conseguiu o segundo ano do Meio Ambiente. O PTC tem dois, não conseguiu nenhuma das comissões....

5- Por que você acredita que isso acontece? O que vale é o prestígio individual?

O processo eleitoral brasileiro coloca candidato contra candidato. Infelizmente e é o motivo que defendo o voto distrital. É um sistema que você pode ter meio por cento dos

votos e ser eleito da cidade e ser eleito representante. Isso transforma o voto em verdadeira briga de foice. É muita gente tentando aparecer num espaço limitado. Um jornal, a parte de política tem cinco páginas...dividido entre Congresso, Assembléia, governo do estado, governo federal, Câmara Municipal, Prefeitura. E dentro desse pequeno espaço da Câmara Municipal entre 41 vereadores, que de vez quando com um bom projeto possa aparecer. Isso torna o ambiente da Câmara extremamente competitivo porque as pessoas de vez em quando se sentem lutando num projeto de vida ou morte.

6- Na hora de você agir, que peso tem o partido pra você e que peso tem suas escolhas individuais.

O PMDB graças a Deus não interfere nas decisões dos parlamentares. Tem partido que interfere muito. Liga, vira e fala assim você vai ter essa posição...O PT por exemplo, é um partido que fecha questão, os vereadores sentam,..são seis., se quatro definirem por um lado, os outros dois tem que seguir. Então lá a posição é muito mais forte. O PMDB acho que dá uma liberdade muito grande, ele quase não impõe restrições aos seus parlamentares, ele permite que a gente possa agir sem interferência do partido.

7- Isso valeu também para as escolhas da Comissão, da Mesa. A sua posição individual foi o que pesou?

Com certeza. A postura individual pesa bastante aqui dentro.

8- Como você se posicionou nesta negociação?

Neste caso, eu aproveitei que a minha bancada é expressiva e nós temos uma coisa em comum: nós estaríamos na oposição. Eram 4 vereadores, 10% da Câmara Municipal. A gente achava desde o início que se a gente não conseguisse um espaço aqui ficaria muito fácil para o prefeito e a base simplesmente atropelar todo e qualquer projeto. Então desde o início a gente tentou fazer com que as negociações deixassem de passar pelo PMDB. Quando a gente optou por isso, a gente ocupava um quarto daquela bancada, o que permitiu que a gente tivesse uma opinião muito maior, muito mais centrada do princípio de como aquela bancada deveria agir. Então na hora de sentar para negociar com os outros dois grupos, o PMDB fez questão de dizer o seguinte: nós vamos até sentar para negociar com os dois grupos, mas nós precisamos de uma posição que amanhã não permita que a gente sofra perseguição por ser oposição, que a gente seja atropelado. E a gente chegou até a fazer um acordo quanto a isso, o PMDB teria presidência de uma comissão e a secretaria da Casa, que inclusive ficou com o Geraldo Felix e eu fiquei com a Administração Pública e isso quase não ocorreu..

9- Por quê?

Na hora que a presidente toma posse ela pode definir quem são as pessoas que podem ocupar as comissões...É por isso que tudo é feito por acordo prévio, um acordo de cavalheiros. O presidente pode literalmente indicar quem vai ser o presidente de cada comissão baseado nas pessoas que ele escolhe para compor. Então, dentro do acordo que foi feito para a eleição da presidente, esse processo acabou ficando mais complicado, a presidente acabou fazendo mais acordo do que devia e acabou cumprindo de maneira que não devia.

10- E aí você chegou a ser preterido?

Ah cheguei. Entre você escolher alguém da situação, da base para ser presidente da segunda comissão mais importante da Casa, e você escolher alguém da oposição, você vai escolher quem?

11- Quando um vereador novo chega aqui o que vale é a postura individual ou partidária?

O que eu enxergo, e tento falar, o problema é que os votos brasileiros são entregues da mesma maneira que acontece no livre mercado...por demanda e por oferta. Tem vereador aqui que é eleito por ajuda de cesta básica, ambulância, remédios, dá curso de informática, ajuda com emprego e isso faz com que ele não tenha que prestar nenhuma satisfação para a sociedade. Ali ele pode votar do jeito que quiser, da forma que quiser porque os eleitores dele não cobram dele essa postura. Em compensação tem vereador que é ultra esquerda, que é “bastião” de uma certa postura, é o voto ideológico. Eu por exemplo já estou dentro de uma parte bem esclarecida disso. Posso dizer que 45% dos meus votos foram do eleitorado quase todo ideológico e tem outros vereadores que funcionam a base de reivindicação das obras. São de regiões muito pobres. Onde para conseguir asfalto numa obra vc tem que ocorrer a orçamento participativo, que buscam eleger um vereador para conseguir fazer uma canalização que há 30 anos está lá só com esgoto.

12- Então se você tivesse que definir uma linha de atuação você optaria pela atuação individual?

Não, o perfil partidário passa a existir quando o vereador tem o voto ideológico, que aí ele começa a influenciar, quanto mais a quantidade do voto ideológico maior a representação do partido na sua vida por que o eleitor que age em cima do voto ideológico ele quer uma postura de você, ele quer uma postura de seu partido..Por exemplo, o eu o Sarney faz lá influencia em mim que sou do PMDB. O que o Lula e a Dilma fazem lá influencia aqui no Arnaldo Godoy que é do PT, o que o Aécio faz influencia no Leo Burguês que é do PSDB. Quanto mais se deixa de ter aquele voto baseado na cesta básica, na ambulância, no curso de informática, mas o partido começa a tomar força na vida da pessoa. Porque aí, assim o eleitor exige dele estar dentro de um conceito ideológico que o partido representa e, o partido percebendo isso passa a exigir mais da pessoa.

13- Mas isso é o que você acha desejável ou é a tendência. Qual é a tendência aqui?

Eu acho que a tendência é o contrário. BH está cada vez mais fisiológico, O eleitor está cada vez mais fisiológico, ele está cada vez mais desacreditado. Então por exemplo, eu hoje não consigo entrar numa faculdade de direito para falar sobre transparência na política. Uma faculdade de direito não quer receber um político, por que não quer ficar atrelada, não quer deixar subtendido que amanhã possa estar vinculado a um político. E isso é um absurdo. O tipo de mentalidade que o brasileiro adquiriu nos últimos anos é absurdo. É o princípio que todo político é ladrão, temos que ficar longe de todos os políticos, político hoje não entra mais em faculdade de direito que antes que era o que ia para rua para lutar por nossa independência. A gente não consegue quem tem uma

postura honesta para panfletar na porta da faculdade. A cada dez folhetos, oito acabam no lixo. As pessoas que tem capacidade para entender uma proposta complexa de política, não se interessam mais. E as que deviam estar interessadas não têm capacidade hoje, pela base educacional, para entender essa proposta política.

13- Retomando o processo interno da Casa. As maiores bancadas da Casa têm mais preferência para ocupar as comissões mais cobiçadas da Casa?

Não...o que determina são os grupos, tanto presidência, Mesa quanto das comissões. Grupos e não partidos. Você pode chegar a ter um partido e um grupo igual teve PMDB nos novatos e PT na bancada governista e, pode ter um vereador em cada grupo do mesmo partido com teve o PMN: tinha o Wellington Magalhães, nos veteranos, Hugo Thomé no nosso e o Pasto Divino, na bancada governista. O partido aqui dentro, nesse sentido não significa muito, significa que no final do dia você precisa ter 21 votos pra poder eleger a presidente da Casa que vai fazer a escolha da comissão. A influência do partido no momento da decisão é quase zero.

14- E o líder partidário?

O líder é menos do que devia ser. Nosso regimento é condizente com o princípio da estratificação partidária. É o líder de si mesmo. A Câmara Municipal está muito aquém do que devia estar nesse quesito. Hoje o Colégio de Líderes tem 26 líderes, é quase que uma deliberação de plenário. Hoje tem mais gente deliberando no Colégio de Líderes do que no processo normal de quorum que só exige 21.

15- E o papel do CL?

Na teoria seria fazer a contrapartida ao poder da presidente da Casa. Hoje ele não tem esse poder. A reforma que a gente está tentando fazer no RI prevê que o CL poderia escolher a pauta de plenário, ao invés da presidente fazer essa escolha. O CL já tem poder de fazer emenda de segundo turno, à lei orgânica. O CL tem o poder de fazer alterações no processo legislativo, que depois ninguém - vereador e prefeito - pode mexer. Isso é uma prerrogativa importante.

16- Mas nesse papel para distribuição de poder no início da Legislatura, envolvendo Mesa e Comissões.....

O cargo de liderança hoje é funcional, justamente por a gente não ter bloco e grandes bancadas e ter 41 vereadores, é a mesma coisa de estar numa sala de aula, 41 numa sala de aula, tem como conversar com todos. O líder só vai ganhar importância na Assembléia Legislativa onde existe os grandes blocos partidários, onde um fala por muitos e no Congresso, onde um fala por quase uma centena

17- Você acha que há um enfraquecimento partidário generalizado na capital e que pode estar relacionado com esse enfraquecimento aqui na Câmara?

Não, eu acho nosso sistema eleitoral complicado, e acho que ele é mal compreendido pela população. Por exemplo, se a gente tivesse a lista fechada e colocasse esse voto para que em vez de você votar no Iran para vereador, votasse no PMDB para fazer um certo número de vereadores, as pessoas conseguiriam entender isso. Se a gente

conseguisse colocar o sistema absoluto de voto, que os 41 mais votados são os 41 vereadores, as pessoas conseguiriam entender isso. Mas o nosso processo juntou, porque ele acha o processo de lista fechada injusto, ou seja o partido não poderia definir quem fica no topo da lista. E aí ele deu para a população essa prerrogativa. Você quando aperta o quinze está dizendo que o PMDB tenha mais assentos na Câmara. E aí você escolhe quem dentre os vereadores deveriam estar no topo da lista. A partir do momento que as pessoas confundiram esse sistema com o sistema absoluto, que é o mais votado vai ser a pessoa que vai estar lá na Câmara Municipal, aí o sistema embaralhou completamente. O voto passou a ser totalmente individualista, os partidos perderam a expressão que deveriam ter no sentido de serem um aglutinador de idéias e passaram a ser um trampolim para fazer bancada. Hoje uma partido pequeno elege um vereador com 3 mil votos, enquanto no meu partido precisa de 6 a 7 mil para ser eleito. A falta de conhecimento nesse sentido fez com que o sistema fosse cada vez mais pulverizado. Qual é o projeto do PHS, do PMN, do PSC. Então se as pessoas tivessem mais consciência que atrás do voto individual existe um consciente partidário que precisa ter um papel essencial, aí a gente voltaria a concentrar e a consertar o sistema brasileiro.

Parecer do diretor legislativo da CMBH Guilherme Nunes Avelar Neto

Fonte: Centro de Atendimento ao Cidadão/ CMBH

Obs: O documento foi emitido sem data

COMISSÕES PERMANENTES COMPOSIÇÃO - BIÊNIO 2007/2008

1. Da composição das comissões permanentes

Segundo o Regimento Interno desta Câmara Municipal, os membros das comissões permanentes são nomeados pelo presidente da Casa (art. 47, caput), a partir de um processo de escolha composto de 2 (duas) fases sucessivas e excludentes, a saber:

- a) dentro dos primeiros 5 (cinco) dias da terceira sessão legislativa, pelo conjunto de líderes de bancadas (art. 47, § 7º, I, c/c o § 6º do mesmo artigo); ou
- b) a partir do término daquele prazo, pelo próprio presidente da instituição parlamentar belo-horizontina (art. 47, § 8º).

2. Da contagem dos prazos

Primeiramente, deve-se lembrar que, pelo Regimento Interno, a sessão legislativa coincide com o ano civil (art. 8º), ou seja, começa no dia 1º de janeiro correspondente.

Apesar disso, o prazo de que trata o art. 47, 7º, I, antes invocado, não se inicia nesse dia inaugural do ano, mas sim no dia 3 do mês de janeiro, por força de outras regras regimentais.

É que, primeiro, em qualquer contagem de prazo regimental, se desconsidera como marco inicial o sábado, domingo ou feriado (art. 163, § 2º).

Como o dia 1º de janeiro é feriado - conforme conhecimento universal e notório -, o marco inicial da contagem do prazo em questão seria o dia 2 de janeiro.

Por segundo e por fim, na contagem de prazo por dia contínuo - como é o caso do art. 47, § 7º, I - se exclui o dia de começo (art. 163, § 1º, I), ou seja, o marco inicial antes mencionado, fato que leva a se computar os dias conferidos aos líderes para escolherem os membros das comissões permanentes a partir de 3 de janeiro, inclusive.

Em assim sendo, o término desse prazo de 5 (cinco) dias corridos venceu no dia 8 de janeiro, visto que o quinto dia computado caiu em um domingo, dia que também se desconsidera como marco final (conforme o mesmo art. 163, § 2º).

Ou seja, desde o dia 9 de janeiro, a competência para a escolha dos membros das comissões permanentes é do presidente da Câmara, e exclusivamente dele.

3. Da natureza da escolha pelos líderes

Afirmou-se, no último parágrafo do item anterior, que desde o dia 9 de janeiro apenas ao presidente da Câmara cabe escolher os membros das comissões permanentes.

De fato, é isso o que decorre da dicção regimental, diante da explicitude de seu art. 47, § 8º.

No exercício dessa competência, o presidente pode - mas não é obrigado - atender eventual indicação ou sugestão de qualquer outro vereador, líder ou não.

Isso não apenas pelo simples fato de que o prazo conferido aos líderes já ter se esgotado - o que bastaria para esclarecer, sob o ponto de vista jurídico, essa afirmativa -, mas também pela própria natureza das decisões dos representantes de bancada.

Apesar de habitual e coloquialmente se referir a indicação de líder para compor as comissões permanentes, em verdade não é isso o que prevê o Regimento Interno.

Nele se fala em "escolha" daqueles membros, o que significa a necessidade de os líderes, em conjunto, definirem, eles próprios e sem a participação do próprio presidente, a composição das comissões permanentes.

Se assim agissem os líderes, ao presidente da Câmara caberia apenas e tão-somente a nomeação, isto é, o ato homologatório da composição em referência, sem qualquer poder de intervenção.

Ou seja, o Regimento, desde que adotou esse regramento, atenuou - e muito - o caráter presidencialista de decisão, entregando esta unicamente ao conjunto de líderes.

Apenas se estes não exercerem sua função é que o presidente da Câmara interviria, de forma a não inviabilizar o início dos trabalhos parlamentares, ao final do recesso.

4. Da indicação individual de líder

Pelo que se explicou no item anterior, os líderes, quanto à composição das comissões permanentes, atuam com preferência e exclusividade, dentro do prazo que lhes foi concedido para tanto.

O Regimento Interno prevê que as decisões dos líderes, sempre que lhes for assinalada uma atribuição, atuará em conjunto, visto que fixa um quorum para deliberação (qual seja, maioria de votos): art. 36, caput.

Afinal, só se alcança um quorum - qualquer que seja ele - mediante presença plural.

Inexistindo decisão tomada sob o rigor regimental e diante da definição de regra suplementar - escolha pelo presidente -, inevitável que se conclua ser esta última de caráter monocrático.

O presidente pode, mas não é obrigado, discutir a composição das comissões permanentes com qualquer vereador ou agrupamento parlamentar.

Se o fizer, isso em nada muda o que antes se falou: o ato jurídico de escolha dos membros das comissões permanentes, na hipótese que ora se ventila, continuará sendo só e só do presidente.

Isso significa que uma indicação - oral ou formal - de líder para determinada comissão tem natureza exclusiva de mera sugestão rogatória.

Se aos líderes, em conjunto, cabe decidir sobre a composição em tela, a cada um deles, isoladamente, cabe apenas pedir.

E pedido dessa natureza, contrario sensu ao que prevê o Regimento Interno, é mesmo um singelo apelo, sem força cogente.

O presidente, conforme a conveniência político-institucional e o conjunto de outras sugestões - também orais ou formais -, definirá o que entende ser o mais razoável para o momento e conforme as conjunturas imperantes.

Em outras palavras, decorridos os 5 (cinco) dias inaugurais da terceira sessão legislativa, o Regimento Interno restaura a ordem presidencialista solitária.

5. Do caso concreto de 2007

2007, que é o ano inaugural da terceira sessão legislativa, uma vez mais assistiu à tradição política da Casa: os líderes não promoveram à escolha dos membros das comissões permanentes, dentro do prazo assinalado para tal, o que devolveu ao presidente da Câmara a faculdade de fazê-lo, em relação ao biênio crepuscular dessa legislatura.

E pelo exposto anteriormente, essa escolha pode se dar sem qualquer necessidade de oitiva de outros parlamentares, sendo que eventuais indicações - mesmo que de líderes - têm força mandatária exclusivamente dentro da bancada respectiva, em nada vinculando a deliberação presidencial.

Assim sendo, desde o dia 9 de janeiro próximo passado, apenas ao presidente da Câmara compete definir os membros das comissões permanentes, não havendo fixação de prazo para a prática desse ato, havendo, apenas, a conveniência de que ela se dê antes do reinício das atividades parlamentares, em decorrência do término do recesso de janeiro.

Guilherme Nunes de Avelar Neto
Diretor do Legislativo

De acordo com o parecer acima, emitido conforme os ditames regimentais pertinentes, tal como posto pelo legislador local.

Diante disso, procedo à escolha e nomeação dos membros das comissões permanentes conforme quadro próprio, por mim subscrito, tudo conforme a composição possível diante da diversidade de sugestões apresentadas até a presente data.

Publique-se.

Exemplares de designação de comissões permanentes – 14^a e 15^a Legislaturas

DESIGNAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, no uso de suas atribuições legais e regimentais, designa os seguintes vereadores para compor a Comissão Permanente de Finanças Públicas para o biênio 1999/2000:

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Membros Efetivos

- 1 - Ronaldo Gontijo
- 2 - Alexandre Gomes
- 3 - Célio Moreira
- 4 - Elaine Matozinhos
- 5 - João Paulo

Membros Suplentes

- 1 - Totó Teixeira
- 2 - João Gualberto Filho
- 3 - Glycon Terra Pinto Júnior
- 4 - Antônio Pinheiro
- 5 - Silvinho Rezende

Belo Horizonte, 18 de janeiro de 1999

César Masci
Presidente

Fonte: Centro de Atendimento ao Cidadão/ CMBH

DESIGNAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, no uso de suas atribuições legais e regimentais, designa os seguintes vereadores para compor a Comissão Permanente de Meio Ambiente e Política Urbana para o biênio 1999/2000:

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E POLÍTICA URBANA

Membros Efetivos:

- 1 - José Lincoln Magalhães
- 2 - José Domingos

- 3 - João Medeiros
- 4 - Márcio Cunha
- 5 - Silvinho Rezende

Membros Suplentes:

- 1 - Leonardo Mattos
- 2 - Osman Miranda
- 3 - Glycon Terra Pinto Júnior
- 4 - Joaquim Valentim
- 5 - Geraldo Félix

Belo Horizonte, 22 de janeiro de 1999

César Masci

Presidente

Fonte: Centro de Atendimento ao Cidadão/ CMBH

DESIGNAÇÃO DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES

O Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, no uso de suas atribuições legais e regimentais, designa para as Comissões Permanentes no biênio 2003-2004:

- a Vereadora Neusinha Santos, para compor, como membro efetivo, a Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, e como suplente, a Comissão de Legislação e Justiça;
- a Vereadora Sílvia Helena, para compor, como membro efetivo, a Comissão de Saúde e Saneamento, e, como suplente, a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2003

Betinho Duarte

Presidente

Fonte: Centro de Atendimento ao Cidadão/ CMBH

DESIGNAÇÃO DE MEMBRO DAS COMISSÕES PERMANENTES

O Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, no uso de suas atribuições legais e regimentais, designa o Vereador Carlão, para compor, como membro efetivo a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas e, como suplente, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Belo Horizonte, para o biênio 2003-2004

Belo Horizonte, 6 de fevereiro de 2003

Betinho Duarte

Presidente

Fonte: Centro de Atendimento ao Cidadão/ CMBH

Reprodução de recortes do Jornal Hoje em Dia

1-Notícia do acordo para eleger a vereadora Luzia Ferreira presidente da CMBH- 31/12/08

CÂMARA DE BH

Acordo põe mulher na presidência

SIDNEY MARTINS
REPÓRTER

A cerimônia de posse, amanhã, dos 41 vereadores eleitos para a 16ª legislatura (2009-2012) da Câmara de Belo Horizonte será especial para a história do legislativo municipal. Pela primeira vez, uma mulher, a vereadora Luzia Ferreira (PPS), deverá ser eleita para presidir a Casa desde que, em 12 de dezembro de 1899, foi aprovado projeto de lei criando o Conselho da Capital, a primeira versão da Câmara Municipal de BH, com a denominação de Conselho Deliberativo.

A eleição da nova Mesa Diretora está prevista para acontecer logo após a cerimônia de posse dos novos vereadores, no começo da tarde. Prevalecendo os entendimentos mantidos até ontem à noite, com representação de quase 80% da próxima legislatura, o vereador Wellington Magalhães (PMN) deverá ser escolhido o novo primeiro vice-presidente da Câmara e o vereador Anselmo José Domingos (PTC) o secretário-geral.

Pelas conversações mantidas entre os três grupos da Câmara que discutiam a composição da nova Mesa Diretora, a segunda vice-presidência caberá a um representante do PT - embora ainda houvesse ontem um desacordo entre a

bancada - e a primeira e a segunda secretária, além da corregedoria, aos representantes dos "novatos".

Pelo acordo, ao grupo capitaneado pelo vereador Wellington Magalhães também ficariam reservadas as presidências das comissões de Legislação e Justiça; Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário; e Meio Ambiente e Política Urbana. Os arremates com relação às comissões serão feitos hoje.

Como existia até ontem à noite uma grande resistência por parte de um grupo dentro dos "novatos" - notadamente o PMDB -, a idéia predominante era "selar" o entendimento com a maioria. Isto porque, mesmo que não haja consenso em torno de uma chapa única amanhã, ou seja, da que será encabeçada pela vereadora Luzia Ferreira, há possibilidade de se chegar a 32 ou 33 votos, isto é, a 78% do total da Casa.

Natural de Perdigoão, no Centro-Oeste mineiro, a bió-

loga e pós-graduada em Administração Pública Municipal Luzia Ferreira chegará, então, à Presidência da Câmara no seu segundo mandato contando com a "simpatia" "apoio" do prefeito eleito BH, Marcio Lacerda (PC) que também será empossado amanhã. O Palácio da Liberdade também deu seu aval.

Foi administradora das regiões Oeste, Venda Nova e Nordeste, tendo sido também assessora parlamentar chefe de gabinete da Presidência na gestão do vereador / tana Cobério (PCB). ☺

Luzia Ferreira recet o apoio do prefeito eleito Márcio Lacerda e até do Palácio da Liberdade



A vereadora Luzia Ferreira vai assumir o comando da Casa

nova Mesa Diretora

Hoje serão sorteados os gabinetes para os vereadores eleitos

SIDNEY MARTINS
REPÓRTER

Com apenas uma chapa inscrita e uma abstenção, a Câmara Municipal de Belo Horizonte confirmou ontem a vereadora Luzia Ferreira (PPS) como a primeira mulher a presidir o Legislativo municipal nos seus 109 anos de existência. A eleição da nova Mesa Diretora para o biênio 2009-2010 representa uma vitória do novo prefeito da capital, Marcio Lacerda (PSB), que desde o início das articulações apoiou, junto com o Palácio da Liberdade, o nome de Luzia para presidir a Casa.

Por acordo dos parlamentares dos três grupos que se formaram na Casa para disputar a Mesa, foi eleita a chapa "Unidade". A nova Mesa Diretora é composta pelos vereadores Luzia Ferreira (PPS), na presidência; Wellington Magalhães (PMN), como 1º vice-presidente; Silvinho Rezende (PT), 2º vice-presidente; Anselmo José Domingos (PTC), nomeado secretário-geral; Geraldo Félix (PMDB), empossado como 1º secretário, e Bruno Miranda (PDT), 2º secretário.

Para o cargo de corregedor, o nome será definido hoje entre os vereadores Pricila Teixeira (PTB) e Gunda (PSL).

NOVO COMANDO

Mesa diretora da Câmara de BH

Presidente:	Luzia Ferreira	(PPS)
1º vice-presidente:	Wellington Magalhães	(PMN)
2º vice-presidente:	Silvinho Rezende	(PT)
Secretário-geral:	Anselmo Duarte	(PTC)
1º secretário:	Geraldo Félix	(PMDB)
2º secretário:	Bruno Miranda	(PDT)
Corregedor-geral:	Indefinido	-



EDITORIA DE ARTE

Graças ao acordo celebrado, a chapa "Unidade" foi eleita com 40 votos a favor, com a abstenção do vereador Alberto Rodrigues (PV), que alegou não concordar com o processo. "Não tenho nada contra ninguém aqui, mas não posso aprovar uma imposição de cima para baixo, como aconteceu. Não fica bem para nós", acusou Rodrigues.

O vereador se referia às intervenções que teriam sido

feitas pelo prefeito Marcio Lacerda no processo de escolha da nova Mesa, notadamente em favor de Luzia, por meio de seus aliados. "Quando seu nome (Luzia) foi lançado aqui (na Câmara), foi muito criticado; agora é aplaudido", criticou Rodrigues, que era um dos pretendentes à Presidência da Casa no início do processo.

Em seu discurso de posse, Luzia Ferreira, primeira

mulher a ocupar a Presidência da Câmara de BH, defendeu um compromisso harmonioso, "mas sem qualquer viés de subordinação", com o Executivo e todos os eleitos, independentemente de seus partidos.

"Precisamos de diálogo, estamos falando em nome das muitas faces da população de nossa cidade. Quero todos vocês participem. Dialoguem, opinem nesta gestão que inauguro, construindo mais e mais espaços de interlocução e interação com a população de Belo Horizonte", conclamou a novapresidente (leia entrevista abaixo).

Hoje a Câmara se reúne para sortear os gabinetes que serão ocupados pelos novos vereadores. ☺

"Precisamos de diálogo, estamos falando em nome das muitas faces da população de nossa cidade"

3- Notícia da disputa pelas presidências das Comissões temáticas - 18/01/2009

CÂMARA DE VEREADORES

Disputa acirrada pelas comissões

DENISE MOTTA
REPÓRTER

A presidente da Câmara Municipal, Luzia Ferreira (PPS), eleita para o cargo há uma semana, já tem seu primeiro desafio pela frente: a composição das comissões permanentes da Casa. A polêmica se concentra em duas: na de Orçamento e Finanças Públicas e na de Meio Ambiente e Política Urbana.

Ontem, Luzia Ferreira se reuniu com vereadores para discutir a composição, mas o martelo só será batido no início dos trabalhos legislativos, em fevereiro, quando ela designará os membros das comissões para eleição de seus respectivos presidentes.

O petista Paulo Lamac, se assumir a liderança de Governo, deixa a disputa pela de Orçamento e Finanças. “Qualquer um que cantar de galo agora para qualquer comissão pode sair decepcionado”, disse Lamac. A disputada comissão de Meio Ambiente e Política Urbana depende de mais negociações. Reuniões estão marcadas para a próxima semana. ☺

☑ .DIVISÃO DO BOLO
Confira a disputa pelas comissões na Câmara de BH

COMISSÃO	ESTÃO NO PÁREO
Educação	Arnaldo Godoy (PT)
Orçamento	Autair Gomes (PSC) e Paulo Lamac (PT)
Política Urbana	Neusinha Santos (PT), Elaine Matozinhos (PTB), Léo Burguês (PSDB), Alexandre Gomes (PSB) e Leonardo Mattos (PV)
Defesa do Consumidor	Maria Lúcia Scarpelli (PCdoB)
Legislação e Justiça	João Vitor Xavier (PRP), Luis Tibé (PTdoB) e Pablito (PTC)
Saúde e Saneamento	Elias Murad (PSDB)
Transporte	Preto (DEM)
Administração Pública	Iran Barbosa (PMDB) e Hugo Thomé (PMN)
Participação Popular	Adriano Ventura (PT) e João da Locadora (PT)

EDITORIA DE ARTE

4- Notícia da disputa pelas presidências das Comissões temáticas - 18/01/2009

ELO HORIZONTE, DOMINGO, 18/1/2009 HOJE EM DIA - politica@hojeemdia.com.br

6 Política



CÂMARA MUNICIPAL

Guerra, agora, é para presidir comissão

A de Legislação e Justiça é uma das que concentra a briga pelo poder



Disputa pela presidência de comissões vai elevar a temperatura no Plenário da Câmara de BH

DILKE FONSECA
REPÓRTER

A primeira etapa das negociações para a composição das comissões na Câmara Municipal de Belo Horizonte foi encerrada ontem com a publicação, no Diário Oficial do Município (DOM), da Portaria nº 11.581, de 16 de janeiro. Com a nomeação dos integrantes pela presidente da Casa, vereadora Luzia Ferreira (PPS), começa outra briga, desta vez, pela prerrogativa de presidi-las.

A guerra está concentrada, principalmente, em três comissões: a de Legislação e Justiça, a de Meio Ambiente e Política Urbana, e a de Admi-

nistração Pública. A primeira não só pelo papel de atestar se um projeto é ou não constitucional, mas por ser a comissão por onde passam todos os projetos, seja no início ou no fim da tramitação.

Isso confere um poder adicional aos vereadores que a compõem de "segurar" um projeto caso algum interesse esteja em jogo. E pode ser feito de várias maneiras como, por exemplo, com o pedido de prazo ou ao ser designado relator, ações previstas no regimento interno.

Neste caso está mantida a tendência de o Executivo pressionar pela escolha de nome afinado aos seus interesses.

Para a Comissão de Legislação e Justiça foram indicados como titulares os vereadores Divino Pereira (PMN), Pablito (PTC); João Vitor Xavier (PRP) e Sérgio Fernando (PHS). Na suplência ficaram os vereadores cabo Júlio (PMDB), Preto (DEM), Pricila Teixeira e Luiz Tibé, ambos do PTB, e Fred Costa (PHS). Até ontem, a aposta é de que a presidência deve ficar com Pablito.

Eleito para o primeiro mandato, ele faz parte do bloco dos 17 vereadores novatos, e que já recebeu do governador Aécio Neves (PSDB) as primeiras orientações de como atuar no apoio ao prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacer-

da (PSB).

Disputa intensa também na Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, que envolve interesses importantes, como a modificação da Lei de Uso e Ocupação do Solo e a alteração nas áreas de adensamento. Na briga, a vereadora Neusinha Santos (PT), que passou os últimos sete anos como líder do Governo na gestão de Fernando Pimentel, e os vereadores Alexandre Gomes (PSB), Leonardo Mattos (PV), Elaine Matozinhos (PTB) e Léo Burguês (PSDB). Na suplência, os vereadores João Bosco Rodrigues (PTB), Divino Pereira, Alberto Rodrigues (PV), Preto do Sacolão

(PMDB) e Chambarelle (PRB). Também cobiçada a Comissão de Administração Pública, que este ano terá a tarefa de avaliar a reforma administrativa que Lacerda pretende fazer. ☺

Meio Ambiente e Política Urbana e Administração Pública também estão na mira

5- Notícia oposição x situação no Legislativo Municipal 03/02/09

CÂMARA DE BH

Oposição exhibe jogo no 1º dia

ALEX CAPELLA
REPÓRTER

Logo na abertura dos trabalhos da nova composição da Câmara Municipal de Belo Horizonte ficou exposta a relação que a presidente da Casa, Luzia Ferreira (PPS), terá com os vereadores de oposição ao prefeito Marcio Lacerda (PSB). Luzia frustrou ontem os planos do vereador Iran Barbosa (PMDB) de abrir a "caixa-preta" da Casa.

Barbosa solicitou levantamento do número de contratos de prestação de serviço e de servidores sem concurso público com função na Câmara. A presidente recomendou ao vereador que busque o caminho do plenário para tentar obter as informações. O peemedebista promete recorrer à Justiça e ao Ministério Público (MP).

Integrante do grupo dos novatos na Câmara, Barbosa participou ativamente da campanha do deputado federal Leonardo Quintão (PMDB) à Prefeitura de Belo Horizonte. Com a derrota do seu candidato, o PMDB prometeu exercer oposição cerrada ao prefeito do PSB na Câmara.

O primeiro golpe foi contra Luzia Ferreira, levada ao cargo de presidente da Casa, após intervenção de Lacerda. O vereador não vê no pedido de informações um ato contra a presidente ou contra o prefeito. "É dever do parlamento assegurar o exercício dos mecanismos de controle da legalidade e da legitimidade dos atos do Poder Público", alegou Barbosa.

O peemedebista disse que, logo que assumiu o mandato, recebeu denúncia anônima de que os contratos de terceirização e de estágio, os de recrutamento amplo e os de servidores colocados à disposição pela prefeitura estavam sendo usados para a "contratação de fantasmas".

Além disso, que as vagas de estacionamento da Câmara estavam sendo usadas em "desconformidade" com as normas regimentais. "A presidente da Casa me negou as informações, dizendo que não apresentei as razões e os fins. A minha preocupação é com o bem público. Para defendê-lo, vou entrar na Justiça e acionar o Ministério Público", afirmou.

A presidente da Casa, vereadora Luzia Ferreira, com o parecer do procurador-geral da Câmara, Frederico Stefano de Oliveira Arriero, ressaltou que o Legislativo municipal não tem obrigação de atender a todo e qualquer pedido de informação. Segundo a presidente da Câmara, o vereador se utilizou da Lei nº 9.051/1995, que disciplina a expedição de certidões por órgãos administrativos.

"A própria lei, que tem seus mecanismos de fiscalização, exige que o interessado esclareça em seu pedido os fins e as razões para apresentá-lo. Então, sugiro que o vereador coloque essa proposta sob apreciação da Casa e não ao arrepio da lei", recomendou.

Além do embate inicial com o peemedebista, a presidente da Casa tenta garantir a presidência da Comissão de Legislação e Justiça (CLJ) ao novato Pablito (PTC), atendendo ao pedido de Lacerda.

Havia um acordo entre a presidente da Casa e os chamados vereadores para que o comando da comissão ficasse com o vereador Carlos Henrique (PR). "Acordo prévio não garante cargo. Isso é definido no voto", lembrou. Os peemedebistas contam com o reforço de aliados insatisfeitos neste início de novo governo. Eles aguardam a composição final da administração. ☉

RELAÇÃO COM A BASE

Lacerda faz discurso amistoso a vereador

MAURICIO DE SOUZA



Diante de toda a agitação provocada pela mudança na composição da Câmara Municipal e a troca no comando do Executivo, o prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda (PSB), que abriu ontem os trabalhos na Casa, fez um discurso conciliador aos vereadores. Apesar de interferir decisivamente nos bastidores na escolha dos presidentes das comissões temáticas, Lacerda tenta garantir apoio na aprovação de projetos que serão enviados à Casa pelo Executivo até março.

A interferência do prefeito vem provocando irritação em parte dos vereadores veteranos interessados em garantir espaço na Casa.

Alguns prometem não deixar as matérias do Executivo passarem pela Casa sem intervenções. Esse posicionamento é cada vez mais claro no PMDB. Tanto que, nos bastidores, o grupo de Lacerda vem trabalhando para não deixar que os peemedebistas assumam a presidência das comissões. Pelo menos no discurso, Lacerda evitou qualquer tipo de retaliação. "Temos que manter o bom relacionamento com a Câmara. Podem esperar um relacionamento aberto com o prefeito", disse.

Eleito com um amplo acordo partidário, Lacerda contabiliza o apoio de 32 vereadores na Câmara. Até agora, foram protocolados 407 projetos de autoria do Legislativo. Mas a expectativa é de que os vetos e os projetos de interesse do Executivo tenham prioridade no início dos trabalhos. Uma das prioridades de Lacerda é o projeto que promove uma reforma administrativa na prefeitura, com cortes nas regionais, extinção de uma das duas secretarias-adjuntas e a criação das secretarias da Juventude e Esporte, além da de Meio Ambiente. "Vamos continuar com os estudos em fevereiro para tentarmos enviar o projeto à Câmara em março", afirmou o prefeito.

Além do projeto da reforma, o Executivo enviará à Câmara os textos que tentam alteração dos valores do Imposto Predial Territorial e Urbano (IPTU), e os que modificam os códigos de Postura e Obras. O texto que altera o cálculo do IPTU será discutido nas regionais a partir de hoje. Com a possível arrecadação menor, provocada pela crise financeira internacional, Lacerda tem interesse que o projeto seja aprovado o mais rápido possível. "Até o final de março, teremos maior clareza dos efeitos da crise. Se houver queda na arrecadação, vamos adequar os projetos", ponderou.

O líder do prefeito na Casa, Paulo Lamac (PT), acredita que não haverá obstrução da pauta de votações por causa das negociações envolvendo as comissões e a inclusão dos indicados pelos vereadores na PBH. (AC) ☉

Na presença de Lacerda, Câmara reabre os trabalhos

6- Notícia das negociações finais para as presidências das comissões (caso Pablito) 04/02/09

COMISSÕES

Grupos querem dividir cargo

Representantes dos chamados "independentes" e "novatos" reuniram-se ontem para tentar um acordo em torno da presidência da Comissão de Legislação e Justiça. Os dois grupos alegam que a presidente da Câmara, Luzia Ferreira (PPS), articulou, ao mesmo tempo, o cargo para os dois grupos. Após o encontro, os dois grupos prometeram estudar a possibilidade de o mandato de dois anos ser dividido em três períodos, sendo oito meses para um representante dos independentes e 16 meses para dois integrantes dos novatos.

Pelos novatos, os vereadores Pablito (PTC) e João Vitor Xavier (PRP) assumiriam o posto por oito meses cada um. Pelos independentes, os oito meses restantes ficariam



com o vereador Carlos Henrique (PR). Os novatos, que contam um número maior de integrantes na comissão, não querem abrir mão do posto. "Somos três novatos na comissão contra dois veteranos. Essa divisão por três pode ser negociada. Agora, somos três, e essa proposta pode contemplar apenas os novatos", calculou Pablito.

Por sua vez, Carlos Henrique espera que a Mesa Diretora interceda em nome dos independentes. Segundo ele, o acordo anterior previa que um independente seria o presidente. "Essa proposta de oito meses já nos contempla. Agora, isso depende dos novatos. Temos um pouco mais de tempo para tentarmos o acordo", disse. (A.C.)

Vereadores discutem distribuição dos cargos de comissões na Câmara de BH

7- Notícia de reação à interferência do Executivo para escolha das presidências das comissões 04/02/09

INSATISFAÇÃO ALIADA

Câmara de BH tem dia de 'fogo amigo'

ALEX CAPELLA
REPÓRTER

Depois de ter recebido críticas da oposição na abertura dos trabalhos na Câmara, o prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda (PSB), foi ontem alvo do "fogo amigo" no Legislativo municipal. Lacerda foi acusado pela bancada do PSDB - que, ao lado de outras 13 legendas, viabilizou sua candidatura - de interferir na acirrada disputa pelas presidências das comissões temáticas e de não cumprir os acordos para abrigar aliados na máquina administrativa.

Nos bastidores, o prefeito contabiliza o apoio de 32 vereadores do total de 41, incluindo os nomes do PSDB. Até então, os integrantes da

base vinham exercendo uma espécie de pressão branda sobre o prefeito. A intenção é de garantir espaço no Executivo, principalmente nas gerências, cargos mais próximos dos vereadores. "O vice-prefeito (Roberto Carvalho-PT), em nome do prefeito, assegurou cargos na prefeitura à bancada do PSDB na Câmara. E esses acordos não estão sendo cumpridos", afirmou o vereador Léo Burguês (PSDB).

O tucano tinha a intenção de presidir a Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana. Segundo Burguês, os membros da comissão já haviam chegado a um acordo em torno de seu nome. Mas ontem a vereadora Neusinha Santos (PT) foi levada à presidência por intermédio de

uma suposta interferência de Lacerda. "Teve a interferência do Governo. Na noite anterior, o acordo da comissão não era esse. Agora, veio essa situação que marca a derrota de um aliado. Nem quando a prefeitura era administrada pelo PT se via algo assim", criticou Burguês.

As críticas do aliado animaram os vereadores do PMDB, que prometem dificultar os planos de Lacerda na Casa. O novato Iran Barbosa (PMDB) voltou a ameaçar entrar na Justiça e acionar o Ministério Público Estadual (MPE) para investigar as contratações terceirizadas e os servidores cedidos pela prefeitura à Câmara. "Estou preparando a ação. E até o final da semana pretendo fazer

uma visita ao procurador-geral (Alceu Torres) para entrar com uma representação no Ministério Público", disse.

Além de Barbosa, o também peemedebista Cabo Júlio engrossou as críticas contra Lacerda. O ex-deputado disse que vai protocolar um projeto pedindo a revogação dos artigos da lei municipal que permitem aos guardas municipais aplicar multas de trânsito. O efetivo de 144 homens, que, desde agosto, ajudam a organizar o tráfego na área central, podem passar a ter o mesmo poder dos fiscais da BHTrans até o final do ano. "Não se pode mudar com uma lei municipal a competência constitucional da guarda municipal. E não é justo tentar ampliar a arrecada-

ção, nesse momento de crise, penalizando a população", ressaltou Júlio.

O MPE ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) pedindo a suspensão do artigo que os autorizou a atuar no trânsito. O mérito ainda não foi julgado. Os promotores argumentam que a lei municipal fere as constituições federal e estadual. O líder de Lacerda na Câmara, Paulo Lamac (PT), minimizou o clima quente no início da legislatura e as críticas dos aliados. "Isso faz parte do processo. Agora, o PSDB é um parceiro de primeira hora e não vai se sentir preterido. O prefeito está concluindo os estudos de forma criteriosa e vai prestigiar os aliados", garantiu. ●

8- Notícia da disputa pela presidência da CLJ e desfecho do caso Pablito - 06/02/09

Novato leva cargo influente

ALEX CAPELLA
REPÓRTER

A presidência da Comissão de Legislação de Justiça (CLJ) da Câmara Municipal de Belo Horizonte foi definida, ontem, de forma inesperada. Por ser uma das mais importantes e disputadas comissões era cobiçada por vereadores novatos, como João Vitor Xavier (PRP) e Pablito (PTC), e veteranos, como Carlos Henrique (PR). Mas, após a decisão por votos dos cinco membros, o cargo de presidente ficou com o vereador Sérgio Fernando (PHS), do grupo dos novatos, mas com o apoio dos veteranos.

Diante da falta de acordo, veteranos e novatos tentaram dividir o mandato em três. Desta forma, Pablito, João Vi-

tor e Carlos Henrique ficariam com o cargo durante oito meses cada um. A proposta foi feita pelo vereador Carlos Henrique. Mas os novatos insistiram que o cargo deveria ficar com um deles.

O nome mais cotado, que teria sido indicado pelo prefeito da capital, Marcio Lacerda (PSB), era de Pablito, um aliado. O vereador não via com bons olhos a participação de um veterano na presidência da comissão. Por isso, o acordo foi deixado de lado, e a presidência teve de ser decidida no voto.

Ao lado do vereador Divino Pereira (PMN), o vereador Carlos Henrique, que tentou sensibilizar a presidência da Câmara e até o líder de Governo, Paulo Lamac (PT), para

presidir a comissão, lançou o nome de Sérgio Fernando. Com o seu próprio voto e os dois de Pereira e Henrique, o novato foi eleito presidente da comissão.

"Não tinha colocado minha candidatura. Tinha o compromisso com o grupo de novatos. É a situação caminhava para um revezamento entre o Pablito e o João Vitor. Mas acabei sendo eleito", disse.

O vereador acredita que não terá desgastes com o grupo de novatos depois da manobra articulada pelos veteranos. Advogado e membro do conselho regional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Sérgio Fernando foi o vereador eleito com menos votos na capital mineira:

3.425 votos. Apesar de presidir uma das mais importantes comissões da Casa, o vereador se diz preparado. "Entendo que sou capaz. Senão, não teria votado em mim mesmo. Ao mesmo tempo, acredito que os novatos foram contemplados", afirmou.

O vereador Carlos Henrique acredita que a eleição de Sérgio Fernando mostra a necessidade de um maior diálogo na Câmara.

"Ele se comprometeu que não será oposição. Tentei um acordo até o final, mas não consegui. Os dois vereadores novatos e o próprio Governo não quiseram. Como vereador da base, julgo-me em condições de ser presidente. A manobra foi para mostrar que se não tiver um diálogo

vamos agir de forma contrária", ressaltou.

Além de Sérgio Fernando, os vereadores Luis Tibé (PTB) e Iran Barbosa (PMDB) vão dividir a presidência da Comissão de Administração Pública. Já a Comissão de Orçamento e Finanças será dividida por Autair Gomes (PSC), Adriano Ventura (PT) e João da Locadora (PT). Cada um ficará por oito meses à frente da comissão.

O vereador Wagner Messias, o 'Preto', (DEM), e as vereadoras Neusinha Santos (PT) e Maria Lúcia Scarpelli (PC do B) já haviam sido escolhidos para presidirem as comissões de Transporte, Meio Ambiente e Política Urbana, e de Direitos Humanos, respectivamente. ●

BELO HORIZONTE
IEC- PUC MINAS
2009

